

sistemas que, em grande parte, contribuíram para a decadência no início do século. A verdade é que essa cultura já não tem mais significado econômico algum, sendo, tão somente, testemunho de um rico período que de há muito se foi.

A fruticultura que na década de 30 foi um dos esteios econômicos do município, está em completa decadência. São Luís, que chegou a ocupar posição de inegável relêvo na produção de mangas e abacates, hoje quase não possui mangueiras e abacateiros; as pereiras também desapareceram. Somente a banana e a laranja continuam a ter certo significado, mas em ambos os casos a produção é bem modesta: 3 200 cachos de banana, implicando na existência de mais ou menos 1 500 touceiras. Realmente, é difícil encontrar bananais no município; talvez sejam uma meia dúzia. O produto chega a faltar mesmo em São Luís, pois a banana que antes subia de Ubatuba — via São Luís — rumo a São Paulo, hoje em dia se dirige preferencialmente por Caraguatatuba e Paraibuna. Quanto ao outro produto, não há verdadeiros laranjais. São sempre algumas dezenas de árvores, nesta ou naquela propriedade, que permitem a existência de cerca de 1 000 pés esparsos pelo município.

Além das culturas mencionadas, vale lembrar a da batata inglesa e a de hortaliças, ambas modestas, que ocupam áreas muito pequenas, mas ambas de caráter comercial.

Em toda a região de São Luís as técnicas agrárias são rudimentares, quando não primitivas. Os utensílios de trabalho são a enxada e a foice. Arados são raríssimos e máquinas praticamente não existem. Vez ou outra o machado completa o instrumental. O relêvo acidentado em demasia, foi sempre obstáculo ponderável a qualquer tentativa de mecanização. Mesmo o arado, em algumas encostas mais íngremes, dificilmente pode ser utilizado. A enxada revela-se o instrumento mais apropriado. Nem tudo, porém, deve ser atribuído ao acidentado do relêvo. No que concerne às propriedades agrícolas, a exigüidade da superfície freqüentemente não compensaria o emprêgo de maquinaria. Por outro lado, a tradição agrária regional, elemento de cultura caipira, pesa na permanência de sistemas e técnicas que poderiam ser modificados com vantagem. Somente na cultura do tomate se sente a influência de agricultores do vale do Paraíba, japoneses principalmente. Entretanto, pouco, muito pouco tem sido feito para que essa modificação se processe. Órgãos oficiais de fomento, que orientem os lavradores, não existem. Mesmo assim o trabalho seria árduo, pois não é sempre fácil vencer a natural resistência do caboclo, escudado em hábitos tradicionais, às inovações nem sempre bem compreendidas e muitas vezes nem sempre bem introduzidas. A penetração de estrangeiros, a não ser alguns italianos, uma ou outra família de japoneses, foi praticamente nula na região. A influência que poderia existir com a presença desses elementos nunca se fez sentir.

Os sistemas baseados em queimadas, dentro de superfícies diminutas, cultivadas seguidamente, quase sempre não se permitindo mais o descanso reparador, têm prejudicado sensivelmente os solos e, em consequência, os rendimentos tornam-se cada vez mais baixos. Os adubos são raramente aplicados. Ninguém compra adubos químicos, e dada a inexistência ou a pequena importância da associação da lavoura com a criação, é pequena também a aplicação de adubos orgânicos animais. Adubos verdes são desconhecidos. O caráter de roças de subsistência, ou "para o gasto", da maior parte das lavouras, constitui também um elemento de conservação dos velhos processos e técnicas. No caso das lavouras comerciais, a ausência de bom sistema, organizado para atender os produtores, garantir-lhes escoamento da produção a preços firmes, contribui para que muito seja feito ao acaso, sem orientação, confiando o lavrador na sorte. Acresce finalmente que os dias de trabalho não são muitos, em virtude do costume de se guardar elevado número de dias santificados durante o ano.

V — SISTEMAS DE TRABALHO

Na região de São Luís, por tudo quanto pudemos verificar no decorrer das excursões que realizamos, a grande maioria das propriedades tem como responsável o próprio proprietário. Isso se verifica tanto nas propriedades leiteiras quanto nas agrícolas e mistas.

O número de propriedades que têm como responsáveis administradores ou capatazes não é elevado. Os administradores aparecem com mais frequência nos casos de propriedades pertencentes a herdeiros menores, quando a responsabilidade por sua guarda está nas mãos de tutores ou de testamenteiros. Uma ou outra vez, poucas, aparecem administradores em propriedades pertencentes a gente que mora em uma cidade do vale do Paraíba, Taubaté principalmente, ou então em São Paulo. Verificamos, na estrada de Ubatuba, a existência de uma propriedade com administrador, utilizada como sítio de veraneio pelos proprietários residentes em Taubaté.

Na maioria dos casos é compreensível e justificável a presença direta do proprietário nos estabelecimentos agrícolas, considerando-se que a lavoura freqüentemente é de subsistência.

Não considerados os proprietários ou administradores, na região já se tornou comum o arrendatário. O arrendamento de terras aparece, de modo particular, nos casos em que se trata de atividades pastoris; não é muito freqüente nas atividades agrícolas. A base para o arrendamento varia um pouco, indo de Cr\$ 800,00 o alqueire, até Cr\$ 1 000,00 ou pouco mais, anualmente. Alguns exemplos nos podem ilustrar a respeito. No bairro do Turvo uma propriedade com 1,5 alqueire foi arrendada por Cr\$ 800,00 ao ano. É um dos poucos exemplos de área arrendada para a agricultura que conhecemos. No bairro dos Fabianos

uma propriedade com 80 alqueires foi arrendada por quatro anos, à razão de Cr\$ 1 000,00 anuais o alqueire. No mesmo bairro, outra propriedade, com 83 alqueires, pertencente a uma pessoa que mora em Ubatuba, está arrendada pela mesma quantia. Ambas são propriedades pastoris. No bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo foram arrendados 20 alqueires por Cr\$ 30 000,00, em dois anos. O preço pago pelas terras arrendadas tem aumentado bastante, se bem não tenha acompanhado a evolução dos preços das terras. Apenas como curiosidade, lembramos que a fazenda Graminha, no bairro de São Pedro, com 220 alqueires, em 1915 foi arrendada por Cr\$ 3 000,00 em 6 anos.

É necessário não confundir o arrendatário tal como o consideramos até agora, com o “trabalho de arrendo”, comum nas atividades agrícolas, e mais antigo, na região. “Trabalhar de arrendo, ou arrendar terra — na região em aprêço é pura e simplesmente exploração por parceria, quando o arrendante entrega, terminada a safra, um quarto ou um quinto da produção bruta”⁸². Embora o autor do trecho citado se refira ao bairro dos Carros, no município de Taubaté, a observação é válida para toda a região que nos interessa. As diferenças entre um e outro sistema são simples: no primeiro caso o proprietário da terra recebe paga em dinheiro; no segundo caso o pagamento se faz em espécie além de uma parte da produção. Na verdade, a segunda nada mais é do que uma modalidade de parceria. Os que a praticam não passam de “terceiros”, ou “quarteiros”, se assim é possível nos exprimir^{82a}.

O trabalho de arrendo pode ser encontrado para qualquer produto agrícola e, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo o encontramos também para o café. Há casas em que o arrendante não passa de um meeiro, pois entrega ao proprietário da terra a metade da produção. Não são muito comuns, mas encontramos-los no café.

Um dos processos de que se valem os criadores de gado leiteiro, para obter pelo menos parte dos produtos agrícolas para o gasto, é dar terras para que se trabalhe de arrendo.

Os assalariados mais comuns na região são os “retireiros” e “camaradas”, os primeiros nas propriedades pastoris e os segundos indiferentemente, em qualquer tipo de propriedade^{82b}.

Os “retireiros” são vaqueiros que recebem por mês. Normalmente auferem de Cr\$ 1 000,00 a Cr\$ 1 500,00 mensalmente, com direito a casa, lenha e, quase sempre, um litro de leite diariamente. Normalmente um retireiro toma conta de mais ou menos 70 cabeças.

Os “camaradas” são assalariados em propriedades agrícolas ou então, com menos frequência, trabalham em atividades pastoris. A base dos vencimentos é de Cr\$ 35,00 diariamente. Os diaristas podem ser

⁸² SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 40.

^{82a} Acresce que, no caso da parceria (sistema de arrendo), proprietários e trabalhadores jogam com os azares do rendimento.

^{82b} A expressão “retireiro” parece ter sido introduzida pelos mineiros.

de dois tipos: ou moram na propriedade onde prestam seus serviços; nesse caso têm casa e, querendo, podem plantar pequena roça para si. Esse tipo aparenta-se, por alguns aspectos, ao agregado ou morador, de outras partes do país. Ou no segundo caso o diarista tem sua residência em São Luís, Catuçaba ou em algum pequenino núcleo rural, alugando seus serviços a diversos proprietários. Criadores de gado às vezes alugam diaristas para cuidarem da roça de subsistência.

Conforme tivemos oportunidade de verificar pessoalmente, não há, em toda a área de São Luís e vizinhanças, problemas de mão-de-obra. Ela é relativamente abundante e barata. Compreende-se esse fato, desde que seja lembrado o excedente de braços que se verificou na região a partir da introdução e aumento da pecuária leiteira. Além disso convém lembrar o baixo padrão de vida do trabalhador rural, fato que permite a subsistência mediante poucos dias de trabalho por mês.

Nos diversos bairros rurais persistem determinados costumes decorrentes das relações de solidariedade dentro dos grupos de vizinhança que os formam. Tais costumes são, por exemplo, o dos dias trocados e o mutirão.

BORGES SCHMIDT caracterizou bem os dias trocados: o agricultor, "trabalhando na própria roça, nem sempre consegue dar conta sozinho de seu serviço. De dinheiro não dispõe para pagar camarada. Daí o recurso aos dias trocados. Uns vão trabalhar para os outros e a paga será, noutra ocasião, também em serviço"⁸³.

O sistema de dias trocados limita-se exclusivamente aos agricultores, principalmente pequenos proprietários. Últimamente sua frequência tem diminuído em virtude da expansão da pecuária que, cada vez mais, restringe as áreas agrícolas.

Com razão, SCHMIDT diz que o mutirão é mais raro⁸⁴. Entretanto, tivemos oportunidade de saber de sua presença em alguns bairros. O mutirão é mais usual quando se trata de construir uma casa; menos comum quando se trata de uma colheita.

De modo geral, os sistemas de trabalho e os sistemas de relações no trabalho, dentro dos grupos de vizinhança, têm sofrido modificações com o desenvolvimento da pecuária. Gradativamente desaparecem os sistemas tradicionais.

VI — AS PROPRIEDADES RURAIS

A — *Tamanho das propriedades*

No ano de 1955 o município de São Luís possuía um total de 827 propriedades, das quais 31 no distrito de Catuçaba. A área total dessas propriedades era de 58 221 hectares no distrito da sede e 2 238 hectares no distrito de Catuçaba.

⁸³ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 46.

⁸⁴ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 46.

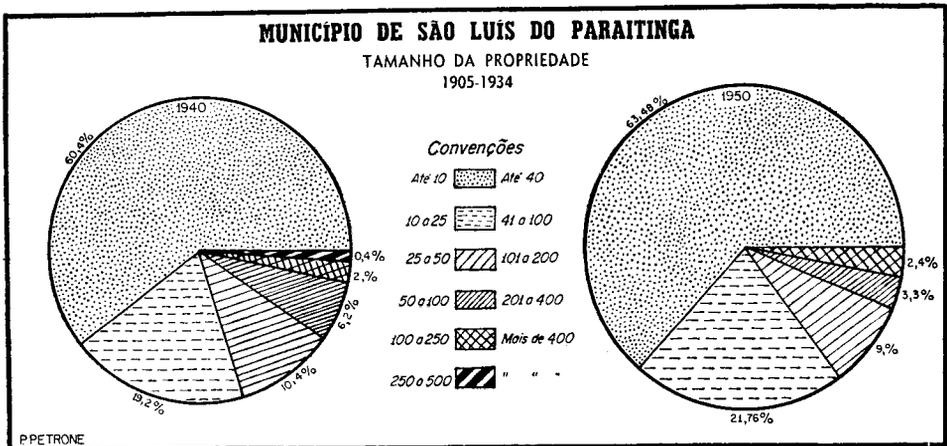


Fig. 7

Na conformidade do seu tamanho essas propriedades assim se distribuíam:

<i>Tipo mais comum</i>	Área	N.º	%	Área Total	%
2,42; 4,84; 9,68, 12,10; 24,20; 36,30.	Menos de 40 hectares	524	63,48	8 266,13	11,81
48,40; 50,60; 80; 90. 121,00.	41 a 100 hectares	180	21,76	11 614,58	16,60
—	101 a 200 hectares	75	9,00	11 055,67	15,80
uma com 12 698,38	201 a 400 hectares	28	3,30	7 304,90	10,43
e outra com 8 228,88 ⁸⁵ .	Mais de 400 hecta- res	20	2,40	31 717,87	42,47
—	TOTAIS	827	100,00	69 959,15	100,00

Tomamos por critério, para classificação dos grupos de propriedades, os mesmos de 1920, o que permite sejam efetuadas algumas comparações. Antes de mais nada, porém, consideremos alguns fatos que o quadro em questão nos mostra. É indiscutível que em São Luís predomina a pequena propriedade; para comprová-lo, basta anotar a porcentagem, 63,48%, das propriedades com menos de 40 hectares. O número de propriedades com menos de 100 hectares representa 85% do total, aproximadamente. É interessante que, nesse conjunto, são muito numerosos os minifúndios com menos de 5 hectares.

A frequência de propriedades de pequena extensão está espelhada na área total das duas classes, com menos de 40 e entre 41 e 100 hectares, representando apenas 11,81 e 16,60% da área total de todo o conjunto. O número de propriedades com mais de 400 hectares é irrisório, apenas 20, representando 2,4%. Sua área total sobe, porém, a pouco menos da metade de todo o conjunto, 42,47%. É preciso considerar, todavia, que esta última porcentagem não é muito significativa, porque para ela contribuem algumas grandes propriedades, verdadeiras exceções dentro do município, a exemplo das duas anotadas, com 12 698,38 e

⁸⁵ O quadro em questão foi organizado na base da utilização dos dados para a arrecadação do imposto territorial, da Coletoria Estadual de São Luís do Paraitinga.

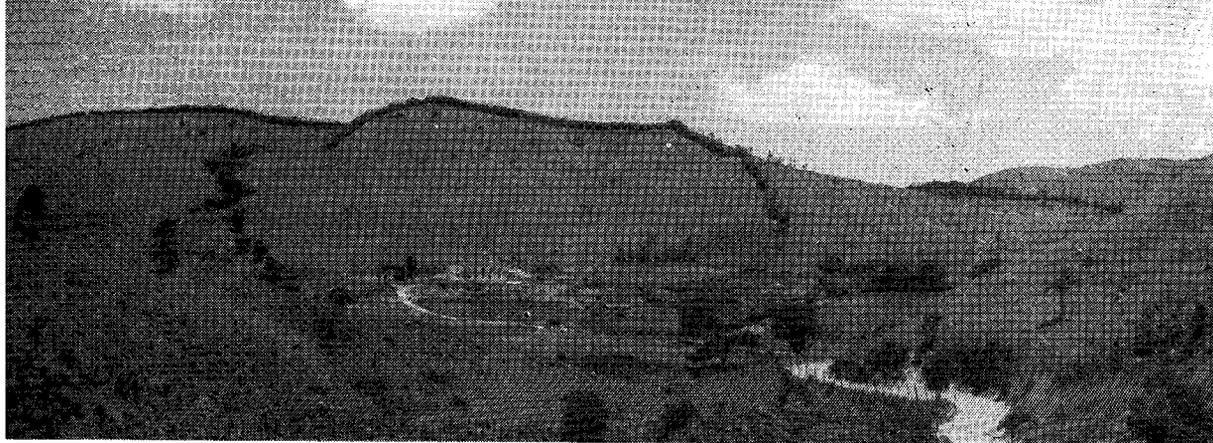


Foto 26 — Propriedade que se percebe quando, na estrada de São Luís para Ubatuba, alcança-se o "alto" do Chapéu. Foi importante fazenda cafeeira, fato que transparece nas dimensões de seu terreno de café e no porte da sede. Hoje, como muitas outras, é propriedade pastoril. As instalações da fazenda de café foram substituídas pelo curral; os cafézais foram substituídos pelas pastagens. As cercas vivas, de bambu, constituem elementos típicos das zonas de criação (foto I. N. Takeda).

8 228,88 hectares. Apesar das exceções cremos não haver dúvida, sôbre o grande retalhamento das terras do município. É uma área de pequenas propriedades, até mesmo de minifúndios.

Comparemos o quadro para 1955, com os elementos de 1934. De início notamos que as propriedades diminuíram: em 1934 eram 1 240, agora são apenas 827. Tal fato sugere, permanecendo constante a área municipal, um reagrupamento de propriedades. Essa sugestão vê-se confirmada pelo seguinte: em 1934, 87% das propriedades possuíam menos de 60 hectares, enquanto que em 1955, as propriedades com menos de 10, e não de "60 hectares", representam 85% do total. Por outro lado, as propriedades com mais de 122 hectares, em 1934, eram 63, ou seja, apenas 5%; em 1955, propriedades com áreas superiores a 200 hectares são 48, representando 5,7%. Concluimos que assim como de 1920 a 1934 se verificou acentuada fragmentação das propriedades, de 1934 aos nossos dias um fenômeno inverso, menos acentuado, é verdade, está levando a um reagrupamento de propriedades menores.

Embora não muito nítido, repetimos, o fenômeno da concentração da propriedade está se verificando e, fato que devemos destacar, processa-se paralelamente à expansão da pecuária leiteira pela região. Tudo parece indicar que a criação de gado é a responsável pela reunificação das propriedades, sem levar, entretanto, à formação de fazendas com áreas demasiadamente extensas.

Foto 27 — Aspecto de um sítio no vale do ribeirão do Chapéu. A foto foi obtida da sede. No centro as instalações circundadas por milharal. Nas encostas alguns pastos. As araucárias indicam a altitude e a relativa proximidade da serra do Mar (foto I. N. Takeda).



A distribuição das diversas classes de propriedades, pelo município não é uniforme. Na área circunvizinha de São Luís, zona suburbana sob o ponto de vista administrativo, no bairro dos Passarinhos, a 1 quilômetro de São Luís, na estrada para Ubatuba, nas várzeas de alguns vales, como o Turvo, dominam as pequenas propriedades, minifúndios, regra geral sítios com agricultura de subsistência ou mesmo quintais de residências de indivíduos que trabalham na cidade ou alugam seus serviços a outrem, na roça, como camaradas. Em bairros como Alvarengas e Turvo, Caetanos, Perobas, Fábrica, Santa Cruz do Rio Abaixo, Oriente, São Pedro, aparecem tanto as propriedades pequenas quanto as médias. Já são bairros onde predomina a criação, embora existam verdadeiras ilhas de agricultura em Santa Cruz do Rio Abaixo, Oriente, Turvo e outros. Convém acentuar, ainda uma vez, que as propriedades pastoris da região em média não têm áreas muito extensas, dado que os rebanhos raramente ultrapassam 100 cabeças. As maiores propriedades, mais pela presença de algumas verdadeiramente grandes, aparecem nas divisas com Natividade da Serra e Ubatuba, ou próximas a elas, em bairros como Pamonã, Campo Grande, Rio da Prata, Chapéu e outros. Em terrenos mais acidentados, são propriedades pastoris na maioria, muitas ainda com grandes reservas de matas, tendo, na extração do carvão uma de suas fontes de renda. Conforme veremos, há certa relação entre essa distribuição, os preços das terras e os tipos de propriedade.

B — Preço das terras

Com os elementos que nos foram fornecidos pela Coletoria Estadual em São Luís, referentes aos contribuintes do impôsto territorial, pudemos organizar o quadro abaixo, sôbre os preços médios das terras nos diferentes bairros do município. Levamos em consideração o fato de a avaliação da Coletoria, conforme nela mesmo nos informaram, e conforme verificamos no campo, estar aproximadamente 40% aquém dos preços vigentes nas transações imobiliárias efetuadas na região. O critério dos bairros, falho é verdade, foi o escolhido, entretanto, por falta de qualquer outro melhor, e pelo fato de, no conjunto, satisfazer.

Preço das terras no município de São Luís (1955)

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Aberta Grande	41	1 003,00
Água Santa	1	1 031,00
Alvarenga e Turvo	71	1 315,00
Bairrinho	16	1 210,00
Barbosas	11	895,00
Barra	5	1 220,00

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Barra Mansa	7	485,00
Bastos	10	735,00
Bentos	4	668,00
Bom Retiro	35	1 211,00
Bota Fora	2	2 555,00
Cachoeira	11	2 466,00
Cachoeira dos Almeidas	2	1 436,00
Cachoeira dos Pintos	1	1 835,00
Cachoeira Grande	1	1 031,00
Cachoeirinha	17	773,00
Caetanos	26	1 446,00
Camarinha	7	1 425,00
Carapeva	1	1 320,00
Chapéu — Ribeirão Grande	21	401,00
Correias	3	968,00
Damiões	9	996,00
Estiva	4	1 080,00
Estrada Nova	17	1 830,00
Fábrica	24	1 463,00
Fortes	6	1 798,00
Landins	1	1 101,00
Lôbos	7	1 600,00
Marçais	10	1 048,00
Maria Lopes	8	1 411,00
Mato Dentro	15	1 258,00
Medeiros	7	1 533,00
Morro Acima	16	1 505,00
Oriente	7	1 050,00
Paineiras	20	1 035,00
Paiol dos Ramalhos	5	1 538,00
Palmital e Chapéu Grande	9	1 090,00
Pamonã	17	726,00
Pau Grande	17	988,00
Perobas	16	1 188,00
Pico Agudo	1	1 161,00
Pimentas	7	1 640,00
Pinga	27	888,00
Pintos	8	1 385,00
Ponte de Cedro	3	903,00
Ponte Nova	7	1 226,00
Rancho Grande	1	810,00
Ribeirão Claro	10	1 028,00
Rio Abaixo	64	1 331,00
Rio Acima	5	1 165,00
Rio Claro	2	1 221,00
Rio da Prata	16	765,00
Rio das Flores	4	1 165,00
Rodrigo Soares	11	943,00
Santo Antônio do Rio Abaixo ..	5	1 431,00
Santa Cruz do Rio Abaixo	22	1 165,00
Santa Cruz do Rio Acima	11	1 321,00
São Pedro	13	951,00

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Selado	14	956,00
Sertão	18	1 298,00
Sertãozinho	15	1 305,00
Subúrbio	32	3 301,00
Vargem dos Passarinhos	14	2 710,00
Vargem Grande	5	1 930,00
Velozes	5	1 113,00

Pelo quadro em apêço verifica-se que, não considerado o bairro da Cachoeira dos Almeidas, somente com duas propriedades, as terras mais valorizadas encontram-se nos arredores de São Luís — Subúrbio — e nos bairros da Cachoeira e Vargem dos Passarinhos. Nos casos de Subúrbio e Vargem dos Passarinhos os preços aproximam-se ou superam Cr\$ 8 000,00 o alqueire. Nos subúrbios e na Vargem dos Passarinhos dominam as pequenas propriedades. Áreas muito próximas de São Luís, valem mais pela influência da cidade que por qualquer outro fator. O bairro da Cachoeira, com médias e pequenas propriedades, vê-se influenciado pela presença da estrada para Ubatuba.

Bairros e localidades como Estrada Nova, Lôbos, Morro Acima, Paiol dos Ramalhos e poucos outros, com preços médios que se aproximam ou superam Cr\$ 4 000,00, o alqueire, constituem exemplos isolados, sem muita significação. Regra geral são poucas propriedades, de modo que as médias não representam muita coisa.

Com preços médios intermediários, surgem numerosos bairros, a maioria dentro de um raio de 10 quilômetros de São Luís. São: Alvarengas e Turvo, no vale do Turvo, Caetanos, no vale homônimo; Perobas e Mato Dentro, a noroeste de São Luís, no vale do Turvinho; Rio Abaixo e Santa Cruz do Rio Abaixo, no vale do Paraitinga, a jusante de São Luís; Fábrica e Bom Retiro, ao sul da cidade; Bairrinho e Paineira, no caminho para Ubatuba, a sudeste de São Luís. Nessas áreas o preço médio das terras gira em torno de Cr\$ 3 000,00 o alqueire. Esses bairros em maioria são ocupados por pastagens, nêles predominando propriedades médias ou pequenas. Alguns têm agricultura com certo relêvo, a exemplo de Turvo e Santa Cruz do Rio Abaixo.

Os mais baixos preços, até Cr\$ 1 000,00 o alqueire, aparecem em bairros como Chapéu, São Pedro, Selado, Pamona, Cachoeirinha, Rio da Prata e outros. São todos bairros situados no extremo sul e no sudeste do município, nas divisas com Natividade da Serra e Ubatuba, abrangendo grandes porções do distrito de Catuçaba. São áreas acidentadas, com algumas grandes propriedades, onde nem sempre o solo está todo aproveitado.

É evidente que, em todos os grupos considerados, se tomarmos propriedades isoladas, os preços poderão parecer muito mais elevados. Assim é, por exemplo, que uma propriedade no bairro do Turvo, com



Foto 28 — Fazenda situada junto ao pequeno núcleo de Catuçaba. Os morros que aí aparecem já estiveram inteiramente recobertos com café. Nêles ainda podem ser encontrados alguns cafeeiros esparsos que sobraram da destruição para cederem lugar às pastagens. Apesar de estarmos em período chuvoso (janeiro) o capim está ralo e fujado. Daí os claros que podem ser observados, acentuados pelos trilhos originados pelo gado. Nas áreas baixas encontramos algumas culturas para o consumo e até mesmo comerciais, pertencentes a arrendatários. Percebe-se, entretanto, que estas não podem ser muitas, pois até nas até nas baixadas temos instalações para o gado (foto I. N. Takeda).

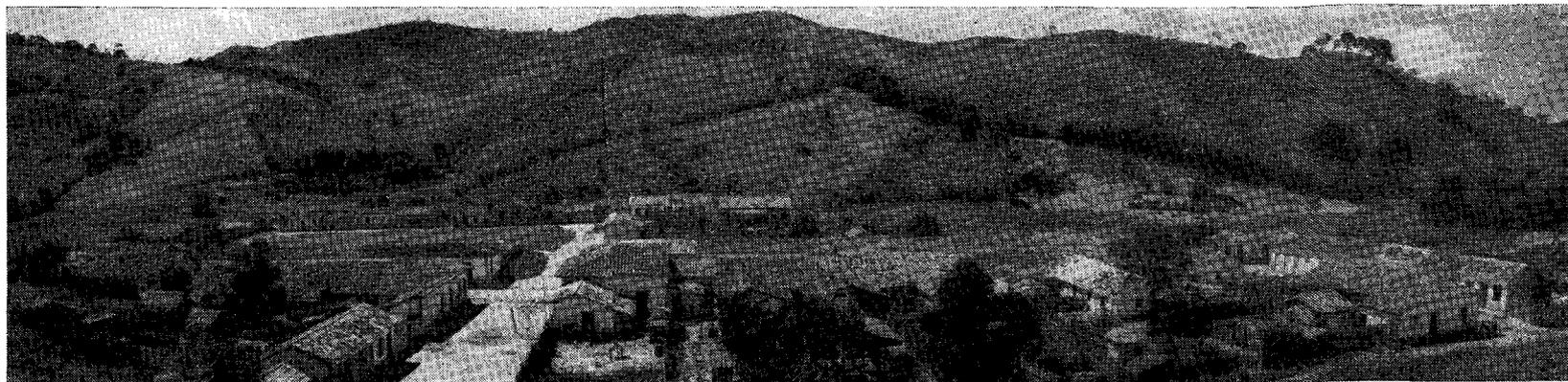


Foto 29 — O pequenino aglomerado de Caçatuba, que a foto nos mostra, é antes de mais nada um centro rural, pois que nêle moram muitos indivíduos que trabalham nas propriedades dos arredores como arrendatários, meeiros ou camaradas. Esse caráter de núcleo rural sobressai apesar da presença de algumas casas de negócio, vendas e cartório, dado que Catuçaba é distrito (foto I. N. Takela).

1,5 alqueire, foi negociada em 1955 por Cr\$ 20 000,00. Uma área de 160 alqueires, em Santa Cruz do Rio Abaixo, não foi vendida, apesar de oferecerem 5 000 000,00. É que nessa, como em outras propriedades, as benfeitorias são muitas e, no caso em questão a fazenda ainda possui cerca de 30 000 pés de café.

É preciso lembrar que no quadro por nós organizado não estão consideradas as benfeitorias, apenas o valor da terra.

No bairro das Paineiras, na estrada de Ubatuba, o proprietário de 8 alqueires de terra rejeitou — em janeiro de 1956 — Cr\$ 200 000,00 por ela. No bairro de Rio Acima, cerca de 60 alqueires encontram, hoje, compradores por Cr\$ 200 000,00.

A evolução dos preços, na região, acompanhou as vicissitudes econômicas. De preços irrisórios que as terras possuíam até a primeira metade do século XIX, passaram por uma valorização com o cultivo do café. No último quartel do século passado, o valor médio das terras próprias para o cultivo do café era o seguinte, por alqueire: terras de primeira qualidade — Cr\$ 250,00; de segunda qualidade — Cr\$ 150,00; de terceira qualidade — Cr\$ 30,00⁸⁶. Na fazenda Santa Cruz, por exemplo, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, no 1.º lustro deste século, cerca de 35 alqueires não alcançaram Cr\$ 5 000,00, ou seja, aproximadamente Cr\$ 140,00 por alqueire.

Com a decadência da lavoura cafeeira e apesar da desvalorização da moeda, os preços das terras da região baixaram e, em alguns casos, até bastante. Por volta de 1920, por exemplo, um alqueire de terra boa valia em média Cr\$ 100,00⁸⁷. Nessa época, a fazenda Graminha, no

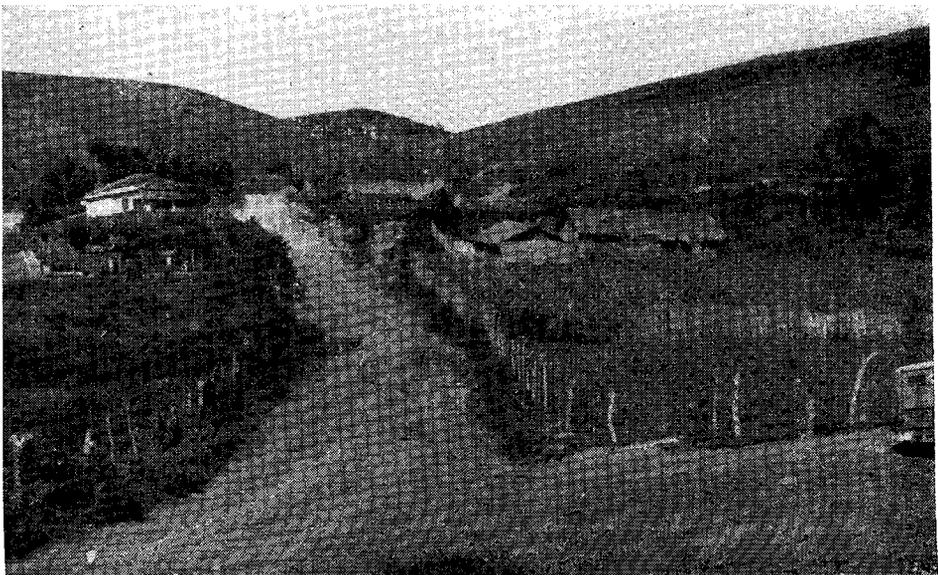


Foto 30 — Sítio de criação no bairro dos Fabianos; pertence a um mineiro. A lavoura é para o consumo, com exceção do tomate. O proprietário declarou-nos que não mais plantará tomate, pois a tentativa deste ano malogrou em virtude dos baixos preços; jogou todo o produto aos porcos (foto P. Petrone).

⁸⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

⁸⁷ WALLE, Paul — *Obra citada*.

bairro de São Pedro, com 220 alqueires de terras, foi adquirida à razão de Cr\$ 90,00 o alqueire, num total de Cr\$ 20 000,00.

No decorrer da década de 1920-1930, e nos primeiros anos da década de 30, os preços mantiveram-se nesse nível, ou então baixaram, embora, devido à contínua desvalorização da moeda, pareçam subir um pouco. Data justamente do início da década de 30 a penetração de criadores mineiros, que se aproveitaram dos baixos preços das terras.

Por volta de 1935 o valor das terras oscilava entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 400,00 o alqueire⁸⁸. No mesmo ano PISANI nos fornece o valor de duas propriedades pertencentes a italianos: com uma superfície de 37 alqueires, valiam Cr\$ 11 000,00, ou seja Cr\$ 297,00 por alqueire⁸⁹.

De 1935 até os nossos dias as terras do município valorizaram-se sistematicamente, quer devido à própria valorização decorrente do desenvolvimento da pecuária leiteira, quer em virtude da vertiginosa desvalorização do cruzeiro. Alguns exemplos ilustrarão bem o fenômeno: no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, uma fazenda com 230 alqueires foi, em 1937, vendida por Cr\$ 1 000 000,00; em 1952 a mesma fazenda foi adquirida por Cr\$ 1 750 000,00. Na fazenda Santa Cruz, no mesmo bairro, em 1941 foram adquiridos 40 alqueires à razão de Cr\$ 5 000,00 o alqueire. Alguns anos antes a fazenda Logradouro, no bairro de Rio Acima, próxima de São Luís, com aproximadamente 60 alqueires foi adquirida por Cr\$ 12 000,00; em 1944 foi avaliada em Cr\$ 20 000,00 e hoje vale Cr\$ 200 000,00. Um sítio de 50 alqueires, situado no bairro dos Alvarengas, foi adquirido em 1952 por Cr\$ 130 000,00. No mesmo ano, um sítio no bairro das Paineiras, com 8 alqueires foi comprado por Cr\$ 55 000,00. Por êsse mesmo sítio, conforme já dissemos, o proprietário rejeitou, em janeiro de 1956, Cr\$ 200 000,00. A fazenda Boa Vista, à qual já nos referimos muitas vezes, em 1952 foi paga à razão de aproximadamente Cr\$ 8 000,00 por alqueire.

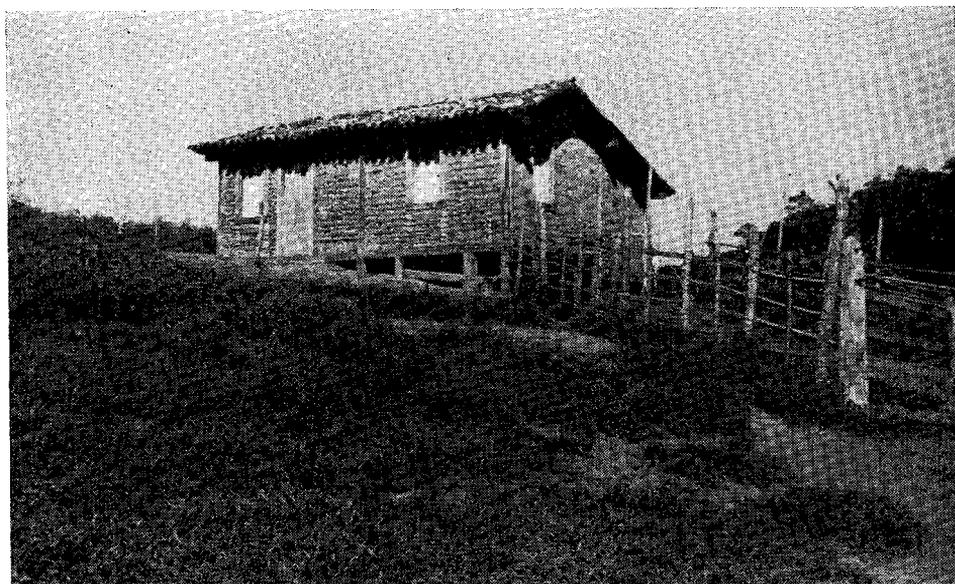
Como vemos, nos últimos lustros os preços subiram vertiginosamente. Não há dúvida que, em face da fase econômica anterior a 1935 a criação valorizou as terras; porém, tudo parece indicar que a desvalorização da moeda e a especulação imobiliária são as maiores responsáveis pelo fenômeno.

C — *Tipos de propriedade*

Na conformidade do que já foi visto quanto às atividades rurais predominantes na região, as propriedades não podem apresentar grandes diversidades. De modo geral aí encontramos três grande tipos: 1) as propriedades pastoris; 2) as propriedades agrícolas e 3) as propriedades mistas. Dentro de cada tipo é possível distinguir matizes que caracterizam propriedades diferentes.

⁸⁸ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 444.

⁸⁹ PISANI, Salvatore — *Obra citada*, p. 929.



Fotos 31 e 32 — Casas modestas na região de São Luís. A de cima fica na Vargem dos Passarinhos; a outra é casa de um retireiro no bairro de Rio-Acima (fotos I. N. Takeda e P. Petrone).

As propriedades pastoris — infelizmente não possuímos dados numéricos para melhor avaliação de sua importância — parecem predominar, particularmente no referente à extensão que ocupam. O tipo mais comum é representado por propriedades médias ou grandes, com considerável superfície em pastagens e pequena lavoura para consumo. Um dos sítios visitados por nós, no bairro dos Alvarengas, pode ser considerado um bom exemplo: com 47 alqueires de superfície, possui 2 alqueires em capoeiras, 3 alqueires em culturas e 42 alqueires em pastos. 89% de sua área, portanto, está ocupada por pastagens.

Tôda a atividade agrícola existe apenas para o consumo. O caráter comercial da utilização da propriedade é fornecido pelo gado leiteiro. No bairro dos Fabianos, um sítio com cêrca de 80 alqueires de terras, possui algumas roças para o consumo, apenas algumas quartas, cêrca de 15% em capoeiras e, o restante, mais de 80%, em pastos. Situada no bairro do Rio Acima, a fazenda Logradouro, com 60 alqueires, possui 20 alqueires em capoeirões, algumas roças de milho e feijão para o consumo e o restante, cêrca de 65% da superfície, em pastagens.

As instalações dêsse tipo de propriedade são relativamente pobres. A casa, freqüentemente tôsca, é circundada pelo curral, telheiro para ordenha, mangueirão e, às vêzes, mangedoura. Tudo forma um rude conjunto por sua vez cercado pelas pastagens, sômente interrompidas, com uma ou outra quadra, pelas roças.

Algumas propriedades pastoris possuem lavoura comercial, o que as diferenciam dos exemplos citados. Outras, onde o gado é tratado nos períodos secos, possuem lavouras de forragens. Em outro sítio do bairro dos Fabianos, cujo objetivo principal é a criação, além da roça para o consumo existe uma plantação de tomates, cujo produto é vendido em São Paulo. As instalações são as mesmas já referidas para as demais propriedades. Do mesmo tipo, visitamos uma propriedade em São Pedro; ao lado da roça, aparecem culturas de cana forrageira para o gado e cultura comercial de cebola. Em Catuçaba, outra propriedade pastoril tem, na cultura do milho, com 8 alqueires plantados, uma segunda fonte de renda. A fazenda Santa Cruz, tantas vêzes citada, em uma área de 74 alqueires possui aproximadamente 8 alqueires em capoeiras, cêrca de 5 alqueires em culturas e o restante em pastos.

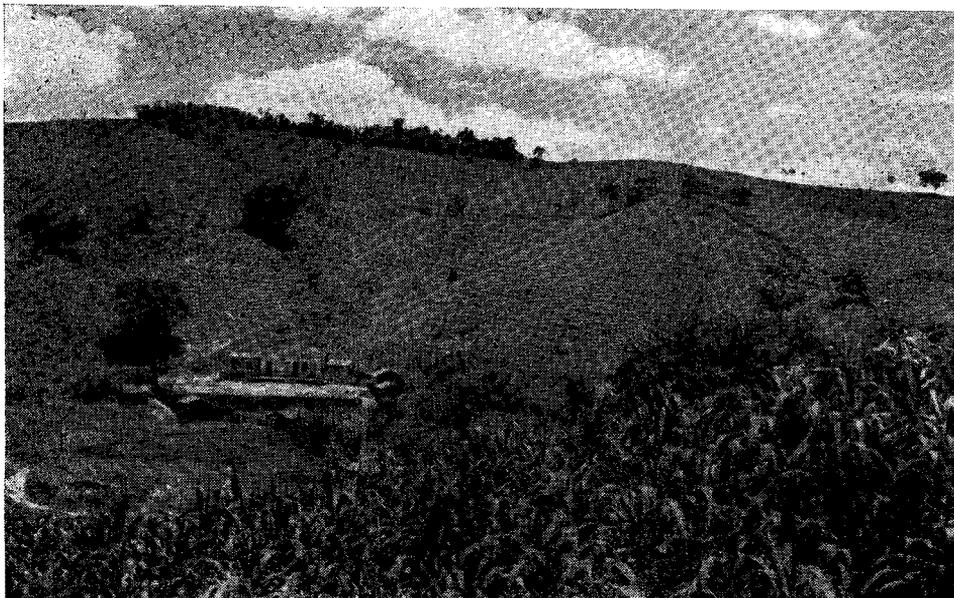


Foto 33 — Uma das fazendas que podem ser avistadas na estrada São Luis-Ubatuba. O fato mais importante que nela verificamos é o seu enorme terreiro de café, contrastando com as pastagens que circundam completamente a casa, apenas interrompidas por pequenos milharais. Em certos casos, terreiros como êsse, foram aproveitados para a instalação de currais (foto I. N. Takeda).

Nas propriedades onde se trata o gado, ou onde há lavoura comercial, aparece outras instalações: paióis, tulhas, picadores de cana em telheiros, algumas vêzes com roda d'água, chiqueiro.

É preciso lembrar que as propriedades mistas, onde a agricultura e a pecuária aparecem com importância aproximadamente igual, não são muito comuns. Os últimos casos que acabamos de citar são mais de propriedades pastoris que mistas. Acresce que a ausência de associação entre a criação e a agricultura impede que apareçam propriedades, mesmo pequenas, onde a produção dependa das duas atividades.

As propriedades agrícolas, menos numerosas que as pastoris, abrangendo superfície menor são, entretanto, conforme já dissemos, as que ocupam maior soma de mão-de-obra. As mais comuns são policulturas. Na confluência da estrada de Catuçaba com a de São Luís-Ubatuba visitamos um sítio agrícola com lavoura comercial de cebola, milho, alho e feijão. Além disso existiam outras culturas para o consumo e um pouco de gado. A propriedade possui as seguintes instalações: a casa, de tijolos; depósito com cantoneiras de tijolos e paredes de pau-a-pique; três galpões para cebola e alho, pequeno galpão para alho, depósitos menores, paiol e secador de feijão. Sítios semelhantes a êsse surgem, de preferência, nos fundos de vales, onde algumas culturas podem aproveitar as várzeas úmidas. Em certos casos, em propriedades menores, regra geral com menos de 2 alqueires, pratica-se verdadeira horticultura. No vale do Turvo, visitamos pequeno sítio pertencente a um indivíduo que possui banca no mercado de Caçapava. Cultiva tomate, milho, feijão, chuchu, arroz, cana, verduras. Quase tão grande variedade podemos encontrar em sítios, também pequenos, onde a preocupação de obter o necessário para consumo sobrepõe o aspecto comercial da lavoura. Nesse caso temos roças promíscuas onde não aparecem as verduras, mas, ao lado do milho, do feijão e da cana, surgem a mandioca, o fumo, o alho.

As propriedades agrícolas com grande superfície não são freqüentes. Conhecemos apenas uma, a fazenda Boa Vista, em Santa Cruz do Rio Abaixo. Com aproximadamente 240 alqueires, é exclusivamente agrícola. Possui ainda cêrca de 40 alqueires em matas e capoeirões, poucos em pastagens, a maior parte em culturas. Os animais são poucos, 4 bois de carro e uns 10 burros de carga.

De modo geral, qualquer que seja o tipo de propriedade, as instalações são pobres, pouco numerosas, com poucas exceções.

D — *A habitação rural*

A casa rural, mais que o conjunto das instalações de cada propriedade reflete, quase sempre, não só muitas das vicissitudes da região, não só as atuais condições sociais e econômicas, mas também o nível

de vida dos habitantes e, sob muitos aspectos, a cultura cabocla a que pertence a maioria deles⁹⁰.

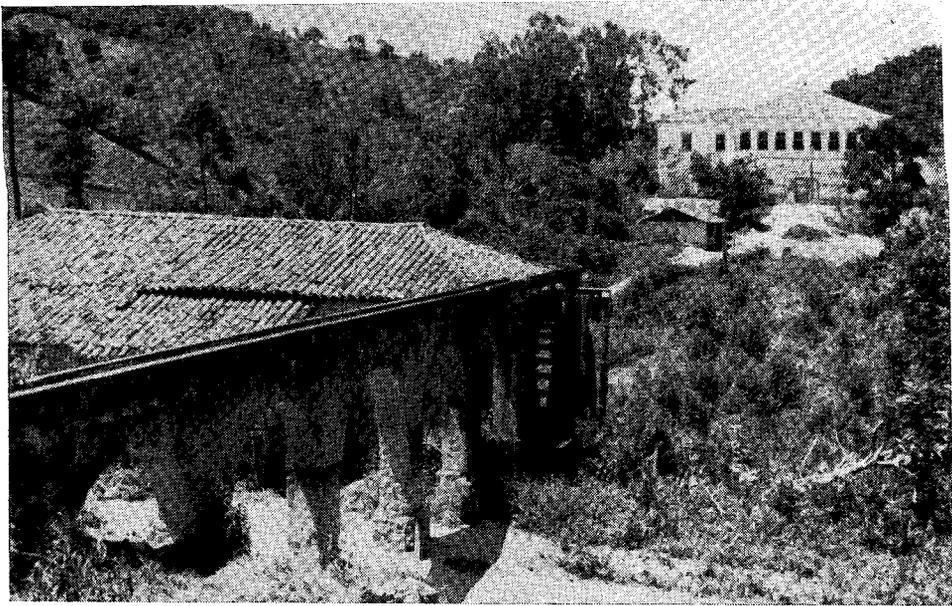


Foto 34 — Pormenor da fazenda Boa Vista, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo. Observem-se as proporções da casa e as instalações para mover a roda d'água. Tudo, nessa fazenda, indica um rico passado, mesmo as ruínas dos muros que cercavam as principais dependências. (foto I. N. Takeda).

Quem observar com alguma atenção as habitações da zona circunjacente de São Luís notará como a esmagadora maioria foi edificada com o clássico sistema de paredes de pau-a-pique, algumas de taipa; entretanto, quanta diversidade na planta, nas proporções, no aspecto exterior, na disposição das dependências, em pormenores relativos ao teto, às paredes, portas ou janelas. Ora são casas de planta retangular, com teto de telhas portuguesas, duas águas, chão tabuado; ora são de paredes rebocadas, algumas vèzes caprichosamente pintadas ou caiadas, ora são simplesmente barreadas, os tetos de sapé, mais pobres. Algumas são forradas, às vèzes, com taquara trançada, com tábuas outras vèzes; quase tôdas têm piso de tijolos. Raras possuem vidraças nas janelas e poucas apresentam bandeiras de portas nos vãos que comunicam as dependências internas. Umas, antigas, foram reformadas por novos proprietários, outras mostram desleixo dos que as habitam ou então a sua pobreza. Quase tôdas, as de menores proporções, mais comuns, têm pequenino terreiro em frente, onde se ergue o mastro de São João, reúnem-se a família e os vizinhos nos dias santos ou nos domingos, e onde, freqüentemente, encontram-se alguns porcos livres. Pouquíssimas são as que, mais risonhas, apresentam-se com jardim e muitas flores. Mais recentemente surgiram casas de tijolos, ainda não muito numerosas.

⁹⁰ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agricola no vale do Paraitinga*, p. 46.

A não ser em um ou outro caso, é difícil distinguir a casa do proprietário daquela do arrendatário ou do camarada. Não há dúvida de que essa distinção existiu no passado. As sedes das fazendas, particularmente cafeeiras, sobressaíam nitidamente das casas humildes

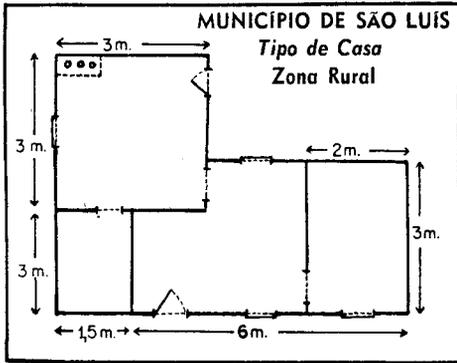


Fig. 8

dos camaradas, meeiros ou pequenos sitiantes. A distinção não persistiu. A policultura de subsistência acabou por nivelar aquelas diferenças decorrentes da presença de uma monocultura comercial como a do café. Algumas sedes de fazenda arruinaram-se, poucas hoje constituem residência de criadores; por outro lado, antigas sedes, realmente suntuosas para a época e o lugar, não raro estão hoje em mãos de pessoas

que nenhum cuidado têm para com elas, de tal forma que seu encaminhamento para tapera vê-se abreviado. Há casos em que a decadência econômica, trazendo consigo a mudança de proprietários de terras, significou o quase total abandono de casas que constituíam verdadeiras jóias arquitetônicas; a sede da fazenda Boa Vista, de 1862, é bem um exemplo entristecedor.

A penetração do mineiro não veio trazer modificações substanciais nessa situação. Só algumas vezes aparecem casas onde a presença do mineiro se faz sentir: são retangulares, com cantoneiras de madeira, paredes de pau-a-pique barreado, telhas portuguesas, quatro águas; porém, o aspecto da casa quanto ao tratamento que recebe é o mesmo.

Em 1950 foram recenseados, nos subúrbios de São Luís, e na zona rural, 2 673 casas. Dêse total, 2 145 eram próprias, 274 alugadas e 254 em outras condições. Está claro que o número de casas consideradas próprias abrange, além daquelas de proprietários de terras, também as de arrendatários e outras em pequeninos aglomerados rurais, a exemplo de Santa Cruz do Rio Abaixo.

Do total das casas recenseadas, apenas 15 possuíam água encanada, 9 eram beneficiadas por iluminação elétrica e somente 383 possuíam aparelho sanitário. Tais fatos são índices do padrão de existência de seus habitantes. O mobiliário acentua o baixo nível de vida da população: é um mobiliário geralmente pobre; tósca, mas forte mesa de madeira lavrada, alguns bancos ou raras cadeiras na sala; uma cômoda às vèzes; na cozinha o fogão a lenha, um armário para os utensílios; os quartos com a cama, um banco, um armário. O interior das casas, todavia, é bem tratado, limpo, embora pobre. Em uma ou outra casa que visitamos notamos a presença de rádio e máquina de costura.

Ainda na conformidade do censo de 1950, nas 2 673 casas das zonas suburbana e rural as peças totalizavam 11 270, das quais 4 783 eram dormitórios. Isso significa que, em média, existiam aproximadamente 4 peças por cada casa, sendo que os dormitórios não chegavam a atingir a média de 2 por casa. Neste caso a média é significativa, pois que se aproxima muito do padrão por nós observado na região. A casa de proporções mais comuns têm 3 ou 4 peças: sala, cozinha, dormitório e depósito. São relativamente numerosas as casas com apenas duas dependências, mas contrabalançadas por antigas sedes de fazenda onde as peças superam, às vezes, uma dezena.

A média de pessoas por residência era de 5, portanto relativamente elevada, desde que consideremos o número de peças e principalmente o fato de serem, em média, mais de 2 as pessoas por dormitório.

E — *Características básicas do "habitat" rural*

Quem percorre as estradas e caminhos da região de São Luís, quer dirigindo-se para Taubaté ou Ubatuba, quer para Lagoinha ou Redenção e Natividade da Serra, conclui, pela disposição das habitações, aí dominando uma dispersão do *habitat*. Variavelmente distanciadas umas das outras, às vezes uma centena de metros, outras vezes praticamente 1 quilômetro, as habitações surgem relativamente isoladas. É que o homem rural vive, na maioria dos casos, em sua propriedade, ou na terra onde trabalha. A irregularidade da extensão das propriedades, e de sua conformação, justifica a irregularidade da disposição das habitações.

Entretanto se prestarmos melhor atenção a essa disposição, notaremos que existe uma constante que a justifica. A esmagadora maioria das habitações aparece ao longo dos vales; os espigões divisores permanecem à margem. A água, como acontece quase sempre no Brasil, presidiu a localização das casas. Não se falando do vale do Paraitinga, ao longo do qual estão situadas numerosas sedes de fazendas, vales como os do Chapéu, Cachoeirinha, Fábrica, Turvo, Turvinho, Caetanos, orientam grosseiramente a maior parte das habitações. Fora do município, mas vizinhos, e com as mesmas características, aparecem o vale do ribeirão do Afonso (Redenção da Serra), e os do Una, das Almas, e outros (Taubaté).

É preciso não exagerar com o sentido da dispersão do *habitat*. Não há dúvida que as habitações estão esparsas, mas há sempre, no seio delas, conjuntos mais ou menos grandes, cujos habitantes mantêm entre si uma série de relações, o que torna o isolamento menos acentuado. Tais conjuntos, com relativa freqüência, encontram-se cristalizados nos bairros rurais. O bairro coincide, portanto, com o grupo de vizinhança.

Em área amorreada como a de São Luís torna-se difícil ao homem rural encontrar um local favorável para situar a casa. Normalmente se

busca baixos terraços, pestanas às margens dos rios, pequeninas zonas de cabeceiras, ombros de erosão ou então as meias-encostas inferiores, quando suaves, para localizar a casa.

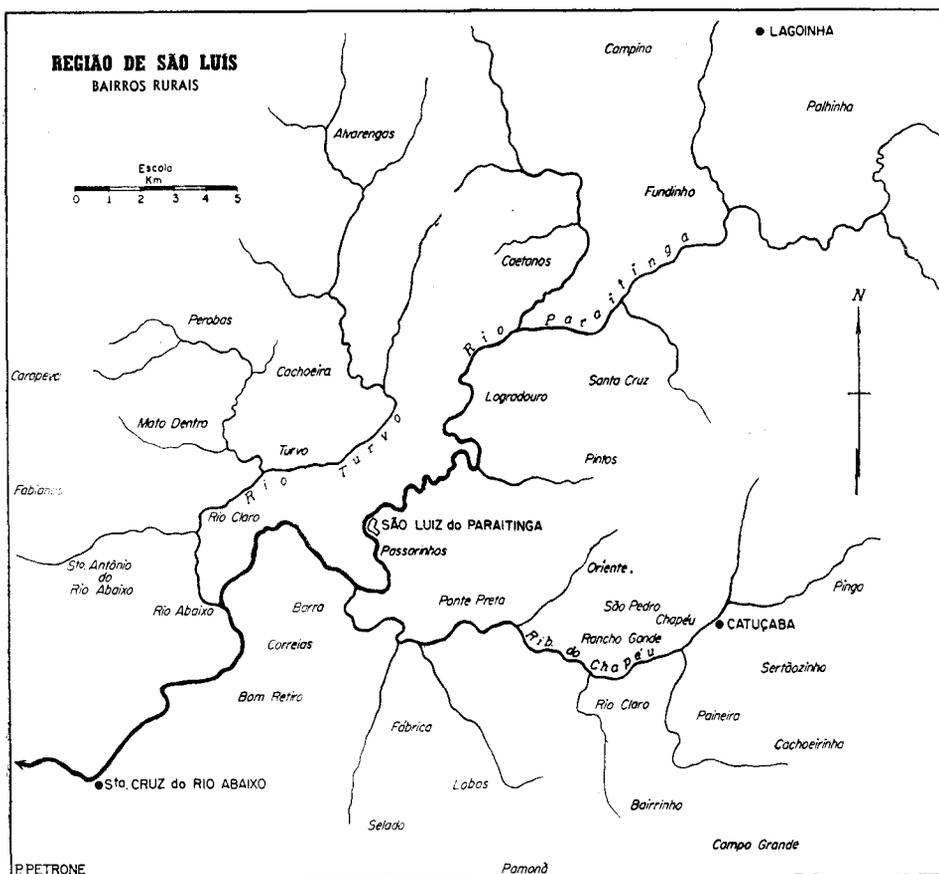


Fig. 9

Embora domine na região a dispersão do *habitat*, isso não significa que não existam núcleos rurais de concentração das habitações. Eles surgem junto a São Luís, como conseqüência da presença da cidade, em torno de uma capela ou de uma encruzilhada onde aparece a venda de beira de estrada. Bons exemplos desses núcleos são a própria vila de Catuçaba, sede distrital, a Vargem dos Passarinhos, o bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo; fora das divisas municipais, em terras do município de Taubaté, podemos citar como exemplos os bairros de Carapeva e Fabianos e a pequena vila do Registro.

A vila de Catuçaba, de planta nitidamente linear, assenta-se sobre acanhado baixo terraço no vale do ribeirão do Chapéu, a leste de São Luís. Com algumas dezenas de casas é aglomerado tipicamente rural, apesar da presença de alguns negócios. Nela habitam de preferência camaradas que encontram trabalho nas propriedades vizinhas. Hoje em dia algumas casas na vila e nos arredores se encontram abandonadas, (algumas casas da vila permanecem fechadas em virtude de seus

moradores se encontrarem na roça). No caminho de São Luís há uma capela arruinada, tomada pelo mato. É que do local tem saído muita gente; a necessidade de braços tem diminuído em virtude da decadência da lavoura e aumento da pecuária. Sob muitos aspectos o problema aí é idêntico ao que nos mostrou C. B. SCHMIDT a propósito do bairro da Pedra Negra no município de Taubaté.

A propósito do bairro de Vargem dos Passarinhos e de Santa Cruz do Rio Abaixo, nada mais há a acrescentar ao que já disse C. B. SCHMIDT. Limitamo-nos, portanto, a transcrever suas observações: "O bairro dos Passarinhos está situado a pouco mais de 1 quilômetro da cidade de São Luís e suas casas distribuídas em ambos os lados da estrada que vai desta cidade para Ubatuba, no litoral. Os terrenos onde estão construídas as habitações possuem poucos metros de largura. Os fundos, por sua vez, são de extensão bastante limitada. De um lado, logo à margem da estrada, altos morros se levantam de forma que os quintais quase não possuem espaço, ou mesmo, são inexistentes. Do lado oposto, as casas fazem fundo para o rio Paraitinga, a poucos metros da estrada. No bairro residem lavradores, que trabalham de parceria nas fazendas próximas; camaradas assalariados, que trabalham na cidade, nas lavouras dos arredores e nos serviços de conservação da estrada de rodagem. Não existe nem capela e nem escola, e o armazém está quase sempre fechado, pois a cidade é tão próxima que nela os moradores satisfazem suas necessidades religiosas e de instrução, e de aquisição de utilidades"⁹¹. Hoje a vargem dos Passarinhos pode ser considerada zona suburbana de São Luís.

"O arraial de Santa Cruz do Rio Abaixo está localizado em um terreno outrora doado por um particular para a ereção de uma capela. A capela foi construída. Próximo a ela, dividida em lotes o restante da área, vieram se juntar vários moradores que ali construíram suas casas. São donos das habitações, não da terra. Vendem as casas e cedem o direito sobre os terrenos. Direito sem título algum, tudo feito verbalmente. Também não pagam foro do terreno a ninguém. Não existe quem administre aquela terra. Tudo é feito segundo a tradição e o costume". E mais adiante: "a população do arraial é composta de camaradas assalariados e de lavradores que arrendam terras nas proximidades. A capela primeiro, e agora o armazém, são as forças centrípetas responsáveis pelo povoamento compacto"⁹². Quando estivemos em Santa Cruz do Rio Abaixo, em janeiro de 1956, o proprietário da fazenda Boa Vista, na época também dono do armazém, declarou-nos que as terras onde se situa o arraial pertencem à fazenda.

É interessante notar que a criação de gado veio acentuar ainda mais a dispersão do *habitat* com a rarefação da população e o desaparecimento de muitas das causas que justificavam os núcleos rurais.

⁹¹ SCHMIDT, Carlos Borges — *A vida rural no Brasil*, p. 28.

⁹² SCHMIDT, Carlos Borges — *A vida rural no Brasil*, p. 29.

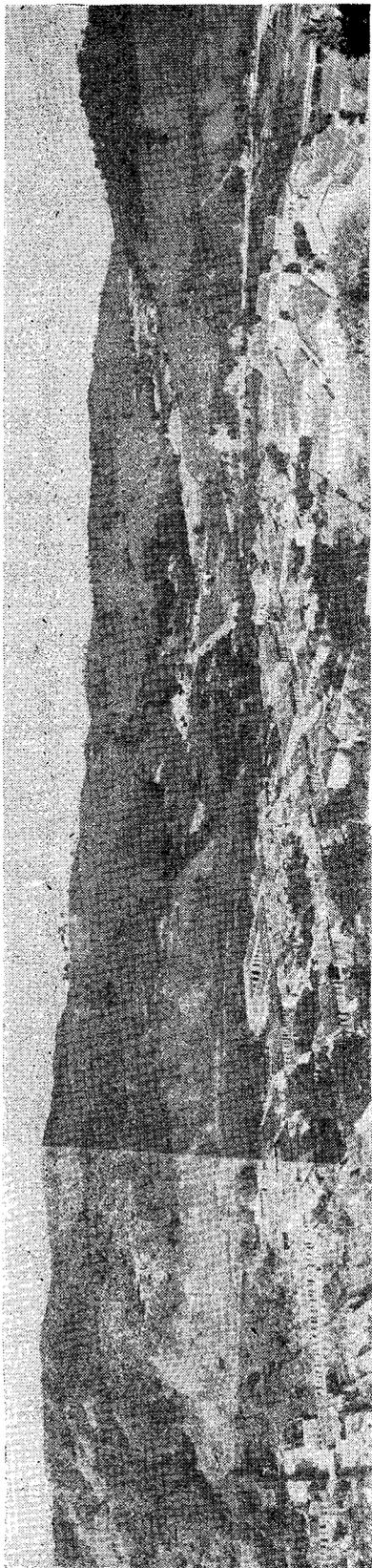


Foto 35 — Aninhando-se no fundo de um "atvéolo", e só recentemente escalonando as encostas do morro do Cruzeiro, São Luís aproveitou-se de um dos raros espaços menos desfavoráveis, em uma área acidentada como toda a circunjacente à cidade. Da direita para a esquerda vemos a ponte sobre o Paraitinga, o edifício da Matriz e o quadrilátero do Mercado (foto I. N. Takeda).

VII — A CIDADE DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA

Generalidades

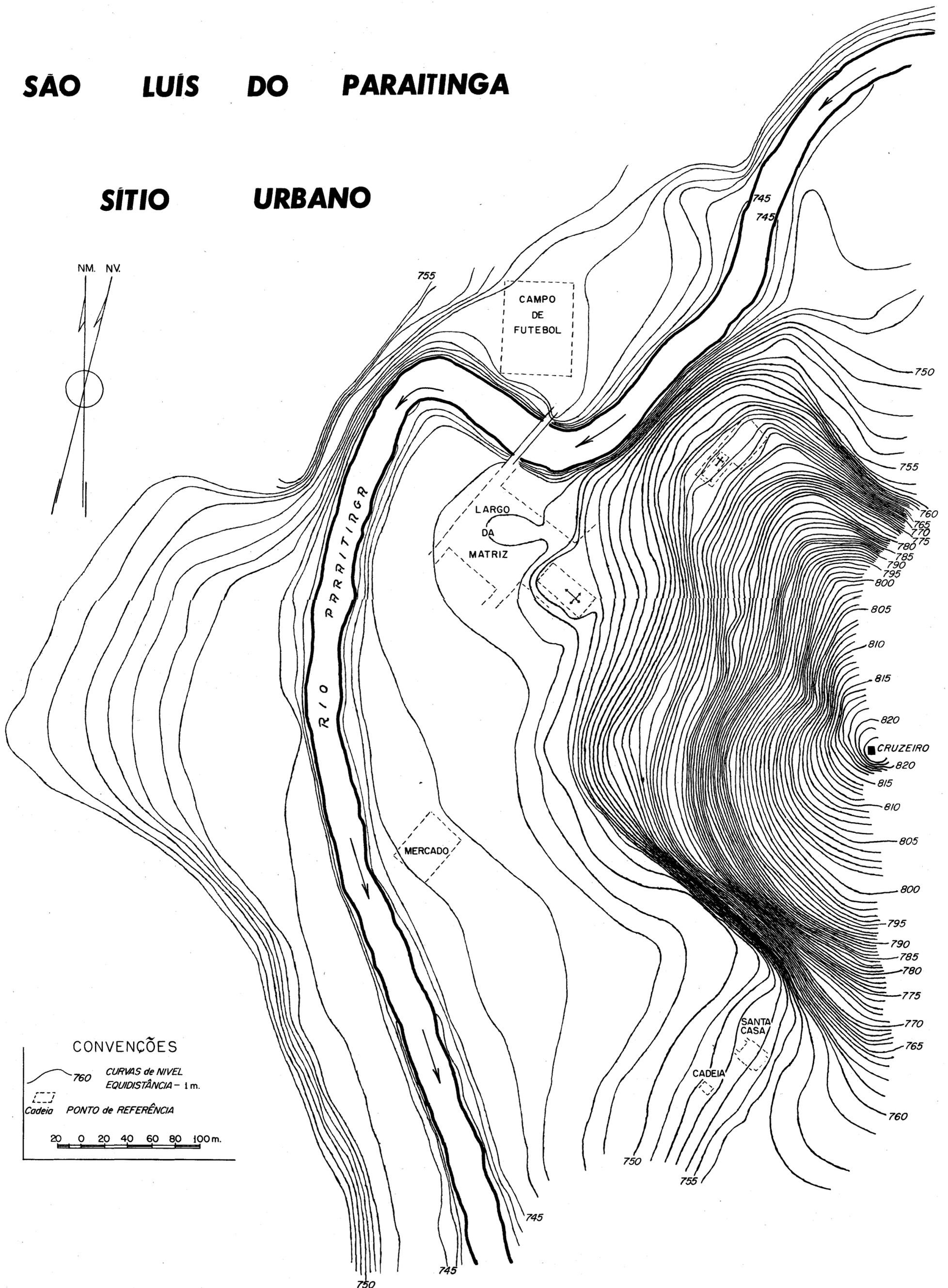
Situada no vale do Paraitinga, junto ao caminho que de Taubaté leva a Ubatuba, São Luís pertence a um conjunto de cidades que serviram e servem como elos entre antigos portos do litoral ao norte de Santos, e centros urbanos do vale do Paraíba. Elo de vias transversais que uniam o grande eixo de comunicações do vale do Paraíba ao mar. São Luís aparenta-se, portanto, a Paraibuna, no caminho entre São José dos Campos e São Sebastião e Caraguatatuba; a Cunha, entre Guaratinguetá e o antigo pôrto de Parati.

Como as cidades citadas, São Luís teve períodos de prosperidade decorrentes de dois fatos: 1) por ser o centro de uma área que, conforme vimos, conheceu certa euforia econômica, particularmente na segunda metade do século passado; 2) por ter sido pouso obrigatório no caminho para Ubatuba, utilizado como via de escoamento da produção de grande parte do médio vale do Paraíba, também no século passado.

Da mesma forma como Cunha e Paraibuna, São Luís conheceu fase de decadência, decorrente não só do quase total desaparecimento da lavoura cafeeira, mas, ainda, da decadência dos portos do litoral norte — no caso Ubatuba — em virtude da construção das ferrovias Central do Brasil e São Paulo Railway, as quais captaram o vale do Paraíba para a hinterlândia de Santos ou então do Rio de Janeiro.

SÃO LUÍS DO PARAITINGA

SÍTIO URBANO



CONVENÇÕES

760 CURVAS de NIVEL
EQUIDISTÂNCIA - 1m.

Cadeia PONTO de REFERÊNCIA

20 0 20 40 60 80 100m.

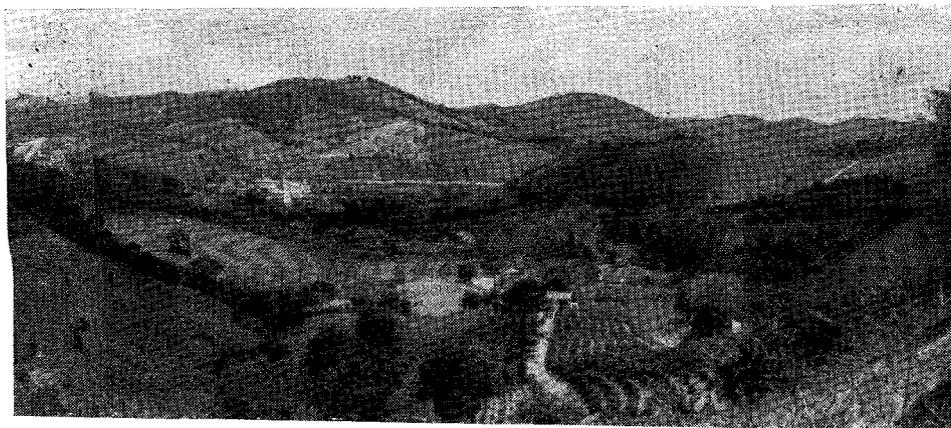


Foto 36 — Chegando-se a São Luís pela estrada que vem de Taubaté descortina-se a cidade graças ao vale de pequeno ribeirão. A primeira impressão que temos é justamente a de que São Luís está aninhada ou anichada no fundo de uma secção do vale do Paraitinga (foto I. N. Takeda).

Mais nova que muitas das cidades do vale do Paraíba, por situar-se em região que ficava à margem das principais vias de penetração, São Luís voltou a ser uma cidade “marginal”; no seu triste isolamento, mais pronunciado nos primeiros três decênios dêste século, fazia-nos lembrar o quanto eram verdadeiras as observações de MONTEIRO LOBATO sôbre as cidades mortas.

Finalmente, e mais uma vez assemelhando-se a Cunha e Paraibuna, São Luís tornou-se centro de uma atividade, principalmente pastoril a qual, com a produção e o comércio de leite, deu certa vitalidade à região e à cidade. Por outro lado, a melhoria da estrada de rodagem para Ubatuba, permitindo o tráfego de veículos motorizados, veio tirar São Luís do isolamento em que se encontrava. Não porque voltasse a se tornar escala na via para Ubatuba, mas sim porque, passagem obrigatória para aquêles que procuram Ubatuba para veraneiar, deixou São Luís de ser uma cidade quase desconhecida no estado de São Paulo.

Com uma evolução das mais interessantes, com aspectos urbanos pitorescos, com uma população que conserva alguns hábitos sugestivos, a cidade de São Luís não poderia deixar de figurar, mesmo em um breve estudo sôbre a região como é êste.

A — O sítio urbano e a estrutura

Tratando dos aspectos físicos da região de São Luís, tivemos oportunidade de nos referir à existência, ao longo do vale do Paraitinga, de pequeninas planícies de nível de base local, verdadeiros “alvéolos”, ocasionados pela presença de soleiras no curso do rio. Em uma dessas modestas planícies desenvolveu-se a atual cidade de São Luís do Paraitinga. De fato, a jusante da cidade, pouco mais ou menos 1 quilômetro, na Vargem dos Passarinhos, o rio Paraitinga apresenta-nos em seu leito uma soleira gnáissica, em parte esquistosa, bem orientada no sentido

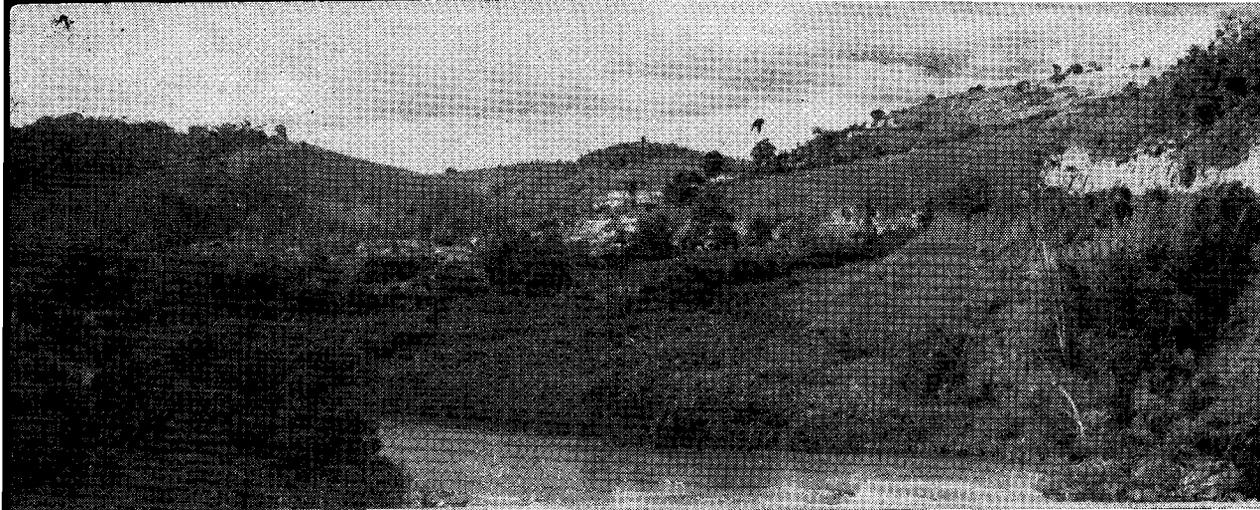


Foto 37 — Chegando-se a São Luís, vindo de Ubatuba, após atravessar a área da soleira da Vargem dos Passinhos, correspondente ao estrangulamento do vale do Paraitinga, descortina-se parte da várzea formada pelo rio, aproveitada, nos trechos mais elevados, pelo centro urbano (foto I. N. Takeda).

OSO-ENE, praticamente leste-oeste. O leito do rio dispõe-se transversalmente a essa e outras soleiras menores, mais a montante, de forma que nesse trecho de seu curso apresenta uma série de corredeiras. A zona das soleiras corresponde a um trecho estrangulado do vale que explica a natureza alveolar da secção imediatamente a montante. Esse conjunto de soleiras cuja altitude é pouco inferior a 740 metros, foi responsável, a montante, por um aluviamento de natureza flúvio-lacustre. Periódicamente, no período chuvoso anual, as águas do rio Paraitinga, não tendo a vazão necessária em virtude do represamento pela soleira, extravasavam, inundando áreas relativamente grandes nas partes baixas, no sopé dos flancos dos morros do anfiteatro alveolar e depositando, quer por ocasião das cheias, quer quando do escoamento das águas, apreciável quantidade de sedimentos. Originou-se, assim, uma planície sedimentar, cujas proporções, entretanto, não são muito grandes. Em tal planície, mais tarde, o rio aprofundou um pouco o seu leito, após ter descrito meandros que foram divagantes, em virtude de uma retomada de erosão que continua em processo na atualidade. O resultado foi que o nível da planície se alteou um pouco em relação ao do leito do rio, de modo a não ficar mais sujeito às inundações com a mesma frequência anterior. Daí formar-se um patamar parcialmente abrigado das inundações — hoje inteiramente verdadeiro baixo terraço fluvial em processo de definição. A altitude do patamar se encontra entre 747 e 750 metros, obedecendo, de modo geral, à graduação de cotas dentro da área de sedimentação da margem côncava de um meandro. A extensão do patamar, ao longo do rio, supera de muito pouco um quilômetro, principalmente na margem esquerda do rio, e a sua largura, nas partes mais extensas, gira em torno de 200 metros aproximadamente. Estrangulado a montante e a jusante, o patamar vê-se como que rodeado pelos morros que, nas duas margens do rio, elevam-se a mais de 800 metros — o morro do Cruzeiro está a 822 metros — através de vertentes ora íngremes, ora interrompidas por ombros de erosão não

muito bem definidos. Uma rápida observação da carta anexa nos fará compreender o fato.



Foto 38 — Três fases do crescimento da cidade de São Luís. À esquerda, próximo à igreja do Rosário, com suas casas dando com os fundos na íngreme barranca do rio, a parte mais antiga; à direita, dominada pela Matriz, a parte que foi edificada no século passado, segunda metade principalmente; finalmente, o casario sobe a encosta do morro do Cruzeiro, em virtude da falta de espaço e dos preços das poucas áreas planas existentes (foto T. Jablonski).

Embora exíguo, o espaço plano representado pelo patamar foi utilizado pela cidade. É preciso compreender que em uma área de relêvo como o da região de São Luís praticamente não existem “sítios” favoráveis que possam permitir a presença de cidades mais avantajadas. Daí o interesse, mesmo de acanhados “alvéolos” com modestas porções planas, como o da cidade de São Luís.

De modo geral, portanto, os elementos morfológicos que formam o sítio urbano de São Luís são apenas dois e bastante simples: um baixo terraço, acanhado, e os morros, com flancos às vezes suavizados por ombros de erosão.

A cidade dispõe-se, em sua maior extensão, à margem esquerda do rio, abaixo da cota de 750 metros, sôbre o baixo terraço, portanto. Premida pela falta de espaço, sobe parte do morro do Cruzeiro, chegando mesmo a atingir, com algumas casas, a cota de 805 metros.

A estrutura da cidade é grosseiramente ortogonal. As principais ruas — Barão do Paraitinga, 31 de março, Monsenhor Inácio Gioia, Coronel Manuel Bento, Domingos de Castro — cruzam-se em ângulos retos, num traçado em xadrez, dentro do qual se dispõe a praça principal da Matriz. As primeiras três ruas citadas têm orientação geral sudoeste-nordeste, enquanto as duas últimas se orientam no sentido noroeste-sudeste; dêsse modo elas como que envolvem o

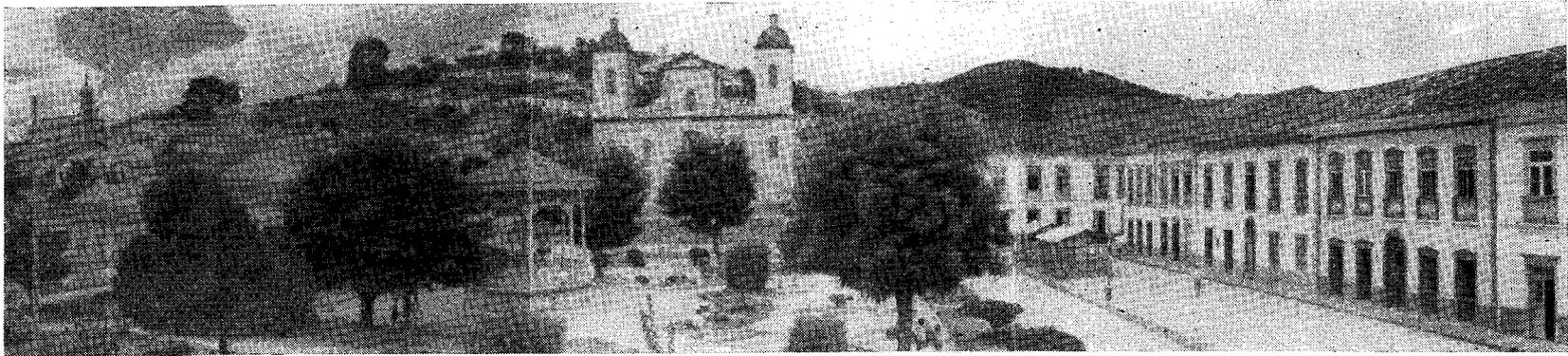


Foto 39 — O largo da Matriz e os sobradões do século passado (foto I. N. Takeda).

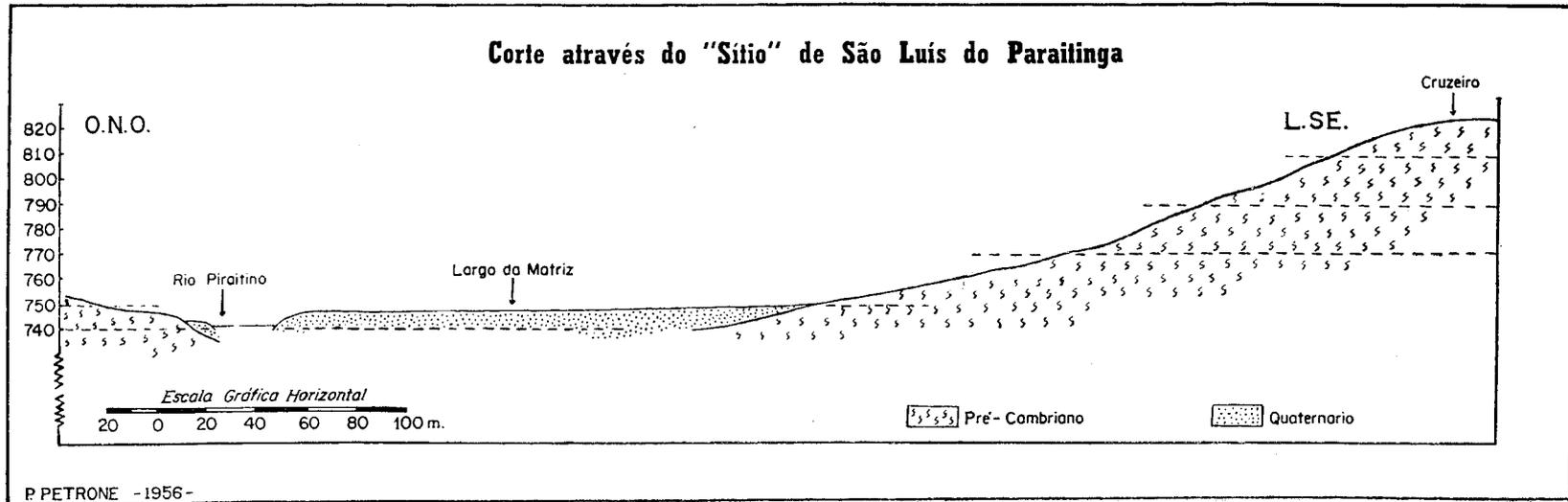


Fig. 12

morro do Cruzeiro, acompanhando o curso do rio em enorme *L* ajustado grosseiramente ao meandro por êle descrito. Há, embora não dos mais nítidos, um caráter linear na cidade. Tal caráter transparece principalmente nos dois grandes eixos representados pelas ruas Coronel Manuel Bento e Domingos de Castro de um lado, e Monsenhor Inácio Gioia e Carvalho do outro. A disposição em *L*, a quase linearidade, a retilinearidade das ruas e o caráter ortogonal das quadras é, nessa principal parte da cidade, decorrência do sentido do rio, da presença do baixo terraço, de sua forma e exigüidade, alongado no sentido do rio, mas apertado pelo morro do Cruzeiro principalmente.

Outra parte da cidade, localizada nos flancos do morro do Cruzeiro, procura manter o mesmo traçado da primeira. Daí a presença de ruas com declividades por demais acentuadas, ladeiras difíceis de vencer.

Apenas em duas partes a cidade se apresenta mais irregular no seu traçado. Uma, menos importante, encontra-se junto ao largo das Mercês, donde se sobe parte da encosta do morro do Cruzeiro em ziguezague; outra, mais expressiva, é a que se estende da Matriz até o cemitério do Rosário, área que foi o berço inicial de São Luís.

B — *Origem e evolução*

Ao tratar do início do povoamento da região de São Luís, vimos que “as primeiras sesmarias concedidas nesta paragem foram a 5 de março de 1688 ao capitão MATEUS VIEIRA DA CUNHA e a JOÃO SOBRINHO DE MORAIS, que ao capitão-mor de Taubaté FILIPE CARNEIRO DE ALÇAÇOUVA E SOUSA requereram, alegando que a queriam ir povoar”⁹³.

Sòmente oitenta anos depois, entretanto, a fundação de uma povoação no vale do Paraitinga tornou-se objeto de considerações da população e da administração. De fato, “a 2 de maio de 1769 o governador-geral D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA BOTELHO E MOURÃO defere uma petição para que seja fundada uma povoação entre Taubaté e Ubatuba, dando o nome de São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, e à igreja a invocação de N.S. dos Prazeres”⁹⁴. No mesmo mês de maio, dia 8, “o sargento-mor MANUEL ANTÔNIO DE CARVALHO foi nomeado fundador e governador da nova povoação”⁹⁵.

Nesses primeiros anos a administração procurou incentivar o desenvolvimento da novel povoação, favorecendo, sempre que possível, o aumento do número de seus habitantes. Sob êsse aspecto, é sugestiva a ordem baixada pelo governador-general em 18 de maio de 1771 “que obrigava os senhorios a comprarem as benfeitorias dos que, estando arranchados em terras alheias, quisessem mudar-se para a nova povoação”⁹⁶. A iniciativa oficial, na criação e no incentivo ao desenvolvi-

⁹³ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Obra citada*, p. 140.

⁹⁴ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁵ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504, e AGUIAR, Mário — *Obra citada*, p. 7.



Foto 40 — Velhos casarões de São Luís do Paraitinga. O edifício da direita é o da Prefeitura (foto I. N. Takeda).

mento do núcleo transparece na rapidez com que foi elevado à categoria de vila, fato que, “com alvoroço e alegria de seus habitantes”⁹⁷, verificou-se a 31 de março de 1773⁹⁸.



Foto 41 — Rua 31 de Março, uma das mais importantes de São Luís (foto P. Petrone)

Os primeiros tempos da nova vila faziam esperar grandes progressos, particularmente porque vinha amparada pelos poderes públicos, conforme vimos, como poucas outras. “Os resultados, entretanto, não corresponderam a tão grandes esperanças”⁹⁹. O quadro econômico dos arredores, permanecendo em situação de economia fechada, auto-suficiente, e pobre, não poderia, é lógico, justificar maior desenvolvimento do núcleo. Permaneceu “vila medíocre”, onde apenas “uma extensa ponte sôbre o rio, que a banha, a coisa mais notável que nela se encontra”¹⁰⁰, até o início do século XIX. Continuou modesta nos pri-

⁹⁷ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁸ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504, e AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Obra citada*, p. 141.

⁹⁹ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

¹⁰⁰ CASAL, Aires de — *Corografia Brasilica — fac-simile* da edição de 1817 — Rio de Janeiro — 1945, p. 242.

meiros decênios do século XIX e, segundo MÜLLER, nela “existe como edifício público, simplesmente a Igreja Matriz... a obra da cadeia está somente começada”¹⁰¹. A vila, na época, encarapitava-se no flanco inferior do morro do Cruzeiro (alto de São Sebastião), na encosta ocidental, com muitas de suas casas dando fundos, de quintais com terrenos íngremes, para o rio. A planície, ainda sujeita a esporádicas inundações, permanecia várzea praticamente inaproveitada, a não ser pela estrada, de quem vinha de Taubaté, após atravessar longa ponte de madeira. Afrontando-se a íngreme encosta do morro do Cruzeiro, saía-se para o caminho de Ubatuba¹⁰², então trilhado, como o de Taubaté, por tropas, as mais importantes das quais apenas tinham em São Luís um ponto de passagem, pois que uniam o vale do Paraíba ao litoral. Para montante da vila, acompanhando o vale durante algum tempo, desenrolava-se o caminho para a zona de Cunha. Poucos profissionais existiam na vila: “5 carpinteiros, 12 ferreiros, 1 oleiro, 4 alfaiates 2 sapateiros”¹⁰³, atestando a sua pequenez. E apesar da referência às “146 pessoas que sabendo ler e escrever têm decente subsistência”¹⁰⁴, MÜLLER nos chama a atenção para o fato de não constar existir uma escola em São Luís¹⁰⁵.

Dessa época em diante, todavia, a crescente riqueza econômica, baseada particularmente na cultura do cafeeiro, fêz com que o núcleo se tornasse maior, progredisse com relativa rapidez, transformando-se, em fins do século passado, em um centro urbano belo e de bastante movimento. O progresso, nessa fase, justificou sua elevação à categoria de cidade, por lei provincial de 30 de abril de 1857¹⁰⁶. Não muito tempo mais tarde, mereceu, por título de 11 de junho de 1873, a denominação de Imperial¹⁰⁷.

Essa segunda metade do século passado, foi a fase de maior esplendor de São Luís. A cidade cresceu, estendendo-se ao longo do estreito baixo terraço, aninhando-se no fundo do “alvéolo” e contornando, a oeste e sul, o morro do Cruzeiro. O casario, pouco a pouco, foi-se alinhando ao longo das novas ruas, relativamente largas, retas e planas, ou então em tórno do grande largo da Matriz.

Além da igreja Matriz, a cidade possuía dois outros templos, a capela de N.S. do Rosário, hoje reconstruída e inteiramente diferente de então, e a das Mercês¹⁰⁸, ainda existente e sob a responsabilidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A riqueza decorrente da lavoura cafeeira possibilitou o embelezamento da cidade. Nessa época foram construídos alguns ricos edifícios, o mais das vezes assobradados, muitos dos quais existem ainda hoje.

¹⁰¹ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 43.

¹⁰² AGUIAR, Mário — *Obra citada*, p. 9.

¹⁰³ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 241.

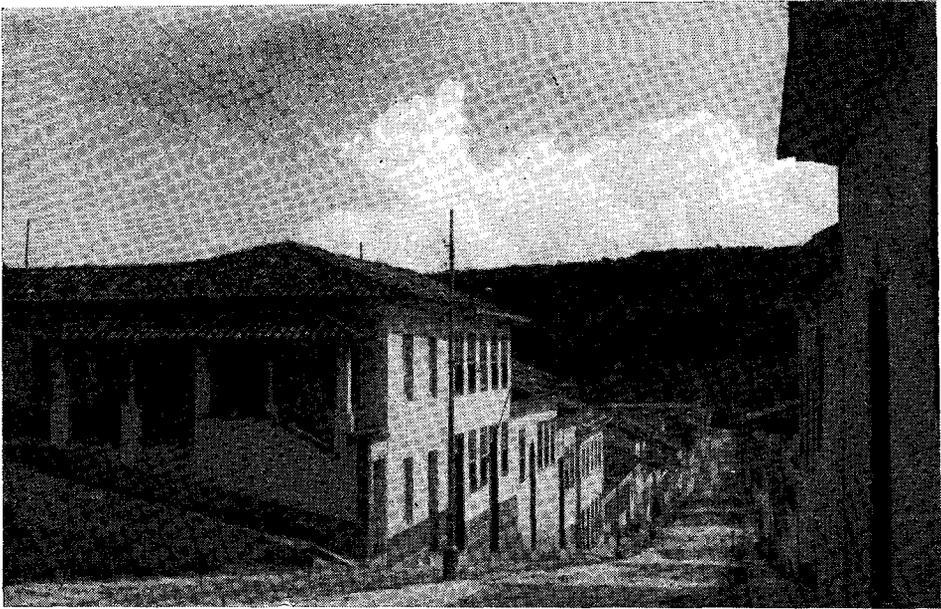
¹⁰⁴ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 44.

¹⁰⁵ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 156.

¹⁰⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

¹⁰⁷ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

¹⁰⁸ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásto de — *Obra citada*, p. 141.



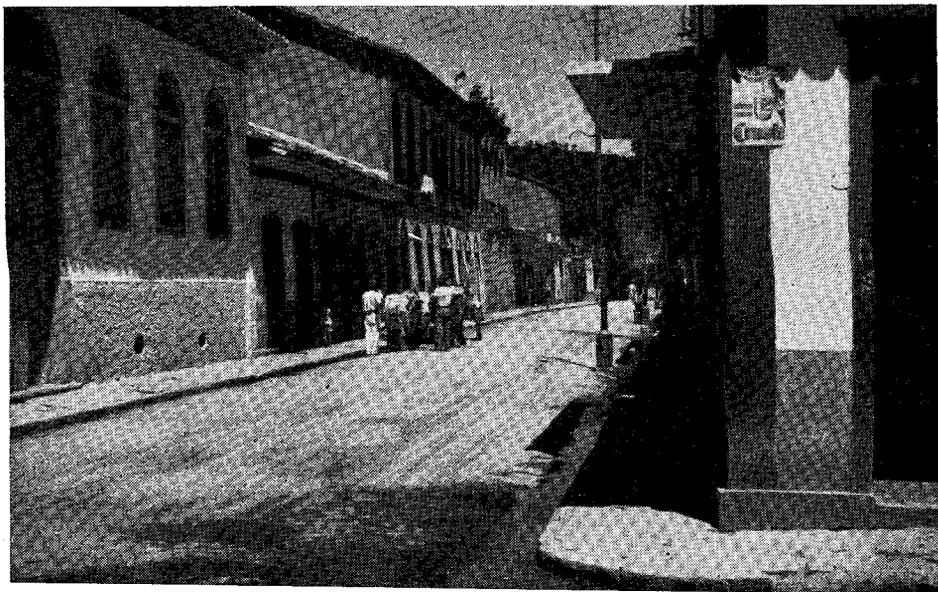
Uma idéia do que foi a cidade nos pode fornecer uma visita ao edifício de 1895, na esquina da rua Coronel Domingos de Castro com Monsenhor Inácio Gióia; o edifício do Grupo Escolar, de 1899; a residência de 1858, ao lado da Matriz, ou o edifício do atual hotel, de 1854, na rua 31 de Março. O largo da Matriz, com seu ângulo de sobrados, de 1858, 1861, 1870, 1859, 1853, é também, testemunho eloqüente da feliz prosperidade da segunda metade do século passado.



Fotos 42 e 43 — Ruas de São Luís de Paraitinga (fotos I. N. Takeda e P. Petrone).

A verdade é que nesse período a cidade adquiriu muito de sua atual fisionomia. Algumas ruas foram mesmo objeto de tósca pavimentação com lajes irregulares, muitas das quais são as que hoje aparecem no calçamento dos estreitos passeios.

Ainda fruto do desenvolvimento que caracterizou esse período, foi a situação que vamos encontrar no primeiro quartel do século XX; pálido reflexo do esplendor que se fôra, já com fortes marcas da decadência que se seguiria à derrocada da lavoura cafeeira. Através do edital do lançamento de impostos para o ano de 1922, podemos ter um quadro da situação da cidade na época. Os profissionais assim se distribuíam: 5 barbeiros, 2 advogados, 1



Fotos 44 e 45 — *Em cima a rua Coronel Domingos de Castro, uma das que possuem maior movimento comercial; em baixo, um correr de casas modestas na periferia da cidade*
(fotos P. Petrone e I. N. Takeda)

médico, 3 empreiteiros, 6 ferreiros, 4 marceneiros, 3 carpinteiros, 13 pedreiros, 1 vendedor de bilhetes de loteria¹⁰⁹.

Nesse mesmo ano, 40 pessoas foram incluídas no lançamento dos impostos de consumo de aguardente e comércio; dêsse total, 13 mantinham suas atividades na cidade. Além disso, a cidade possuía 4 padarias, 1 bilhar, 2 botequins, 1 fornecedor de fazendas, 1 hotel e uma pensão,

¹⁰⁹ O Luisense — ns. 687 e 688 — 12 e 19 de fevereiro de 1922, São Luís do Paraitinga.

uma oficina tipográfica, 2 negócios de aguardente, 5 negócios de exportação de porcos, 1 açougue, 7 casas de fazendas, 15 armazéns de secos e molhados, 5 cafés, 2 farmácias e, no mercado municipal, 35 bancas de toucinho ¹¹⁰. Tais elementos indicam a existência de uma cidade com certo movimento. “As ruas são retas e calçadas com pedra britada. Seus principais edifícios são a Câmara, Matriz, Grupo Escolar e Santa Casa. Tem abastecimento de água” ¹¹¹.

A administração velava em favor de uma cidade limpa e ordeira. Em edital de 21 de agosto de 1916 a prefeitura proibia, expressamente, atirar “lixo e matérias pútridas nas zonas da cidade”; outrossim, solicitava a todos os proprietários de prédios que caiassem seus imóveis, “as frentes de seus prédios, janelas, portas, paredes ou muros” ¹¹². No ano seguinte, o delegado de polícia comunicava que exerceria severa repressão à vagabundagem e que, só nos domingos seria permitido aos pobres pedir esmolas, e assim mesmo, “com prévia licença, por escrito...” ¹¹³.

A vida da cidade era relativamente intensa. As principais datas, cívicas ou não, religiosas ou profanas, eram festejadas e para isso concorria a existência de duas corporações musicais: S.S. Sacramento



Foto 46 — Passeios e sargetas de São Luís. Essas lajes já foram usadas como calçamento das principais ruas da cidade (foto P. Petrone).



Foto 47 — Um dos chafarizes públicos de São Luís (foto P. Petrone).

¹¹⁰ *O Luisense* — Ns. 687, 688, 692, 693 e 694 — 12 e 19 de fevereiro; 19 e 26 de março e 9 de abril de 1922. — São Luís do Paraitinga.

¹¹¹ EGAS, Eugênio — *Os Municípios Paulistas*, p. 1.871.

¹¹² *O Luisense* — Ano XIV — N.º 472, 4 de outubro de 1916, São Luís do Paraitinga.

¹¹³ *O Luisense* — Ano XIV — N.º 515, 6 de setembro de 1917, São Luís do Paraitinga.

e Santa Cecília. Festejava-se o Natal e o 13 de Maio, Reis e o 7 de Setembro, os santos juninos e o Divino, sempre com quermesses, jongo, etc.).

Existia na cidade um conjunto dedicado a récitas de teatro, o Grupo Dramático Luisense e, às vèzes, grupos de outras cidades apresentavam peças de seus repertórios, como em 29 de setembro de 1918, quando o Grupo Dramático Natividense, apresentou, no salão municipal, o drama de Giacometti, "A Morte Civil"¹¹⁴.

A cidade mantinha contínuas relações não apenas com os centros mais próximos, mas também com São Paulo. Os jornais da cidade, em todos os seus números, dão-nos sempre uma relação de pessoas que chegam ou partem de viagem, mostrando bem que só mais tarde, do início do segundo quartel do século em diante, é que São Luís iria se tornar um centro quase isolado.

As possibilidades fornecidas pela lavoura cafeeira permitiram que em São Luís se formasse um escol financeiro, mas também cultural. Tal fato se depreende de anúncios como êste: "Vendem-se os direitos sôbre dois pianos e um violino depositados na casa..."¹¹⁵.

Finalmente, a existência do jornal hebdomadário em que nos baseamos para as considerações acima, e de outros mais, a exemplo de *O Porvir*, atesta a vitalidade do núcleo. É o próprio *Luisense*, entretanto, que em editorial de um dos seus números chama a atenção para a vida estacionária da cidade, comparando-a com a de anos anteriores, e como que anunciando o período de decadência que viria a seguir.

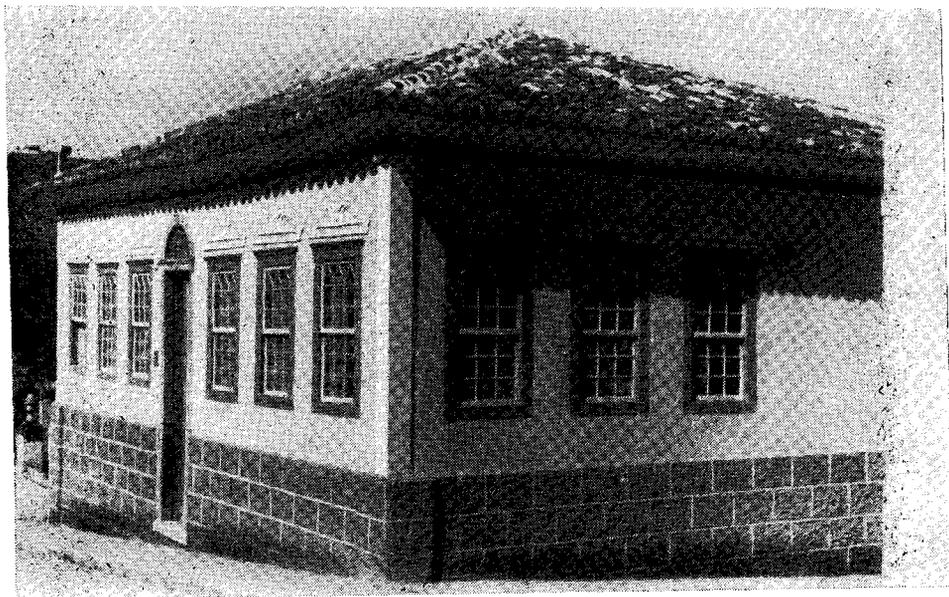


Foto 48 — A casa senhoril lembra um passado rico... (foto P. Petrone).

¹¹⁴ *O Luisense* — Ano XVI, n.º 559, 10 de outubro de 1918, São Luís do Paraitinga.

¹¹⁵ *O Luisense* — Ano XV, n.º 522, 15 de novembro de 1917, São Luís do Paraitinga.

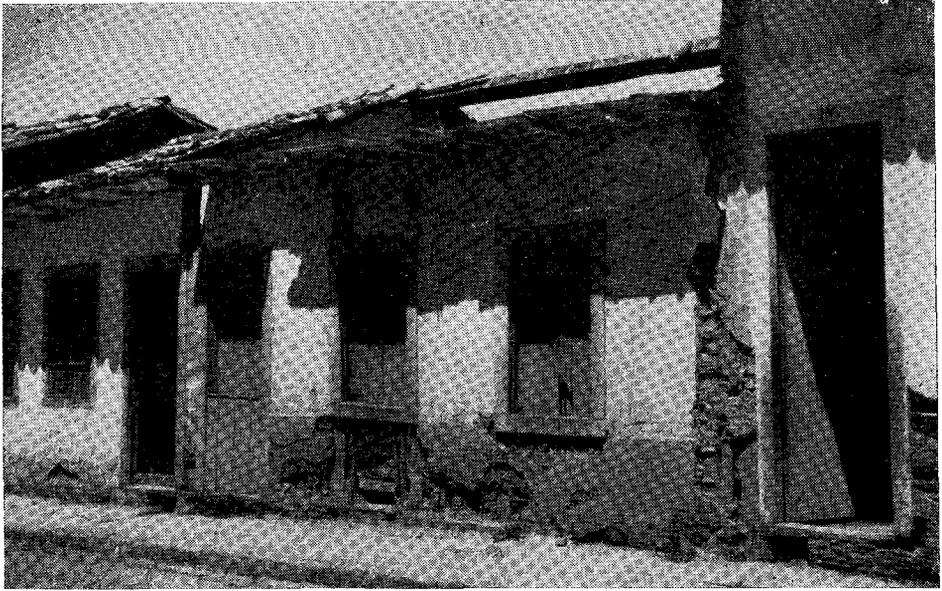
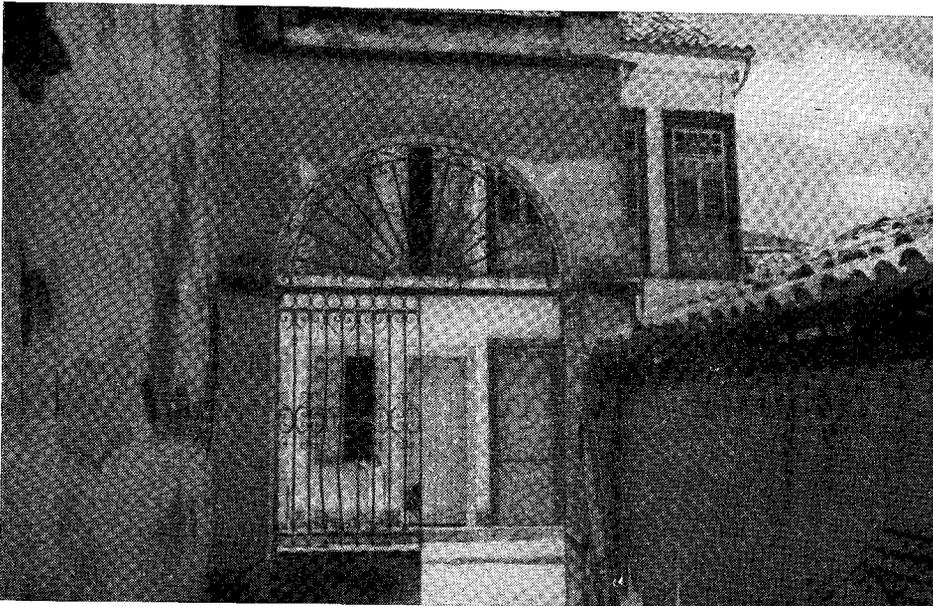


Foto 49 — ... enquanto a tapera de uma casa modesta testemunha a presente de uma cidade pobre (foto P. Petrone).

A fase de decadência perdurou praticamente até os nossos dias, pois que somente agora, com a presença de uma estrada relativamente boa, que substituiu o antigo caminho de tropas entre Taubaté e Ubatuba, e com pequeno reerguimento econômico que se nota no município, é que a cidade se refaz lentamente. Seu aspecto é praticamente o mesmo do início do século. Poucas, as casas novas, algumas agarrando-se, com dificuldades, à encosta íngreme do morro do Cruzeiro. Começa, tímidamente, a ocupar a margem direita do rio, adiante de moderna ponte de concreto: um campo de futebol, pôsto de gasolina, um estabelecimento da Vigor, mais uma dezena de habitações, a maioria novas. As ruas perderam a maior parte de seu calçamento; as lajes foram aproveitadas para os estreitos passeios. Destituída de rêde de esgotos, mas com serviço de abastecimento de águas, com três chafarizes públicos, e com iluminação elétrica, no conjunto pouco mudou. Talvez a praça principal, ou o pequeno pátio da rua 31 de Março, com seus ajardinamentos. O casario, com portas e janelas berrantemente coloridas, contrastando vivamente com o amarelado, róseo ou cinza claro das paredes, alinha-se, compacto, ao longo das ruas e praças, sem jardins em frente, com fachadas dando diretamente no passeio. A velha igreja matriz em estilo colonial, com suas espêssas paredes de taipa; os antigos sobradões e mesmo os casarões térreos, às vêzes com rótulas, freqüentemente com balcões de ferro trabalhado, todo o casario, em sua maior parte edificado com paredes de taipa ou mesmo de pau-a-pique barreado, tudo, mesmo alguns aspectos da vida de seus habitantes, lembra o passado. Os 1 400 habitantes têm vida calma, pacata, que se reflete no movimento da cidade, lento no decorrer de tôda a semana. À noite, o cinema local é a única diversão; aos sábados o mercado atrai os

sitiantes dos arredores; sábados e domingos à noite, passeio no jardim, uma ou outra vez com retreta; quermesse junto à Matriz em dias santos; reuniões dançantes uma vez ou outra, nos dois clubes locais. Os ônibus que chegam ou partem, vindos de Taubaté ou Ubatuba, sempre despertam a atenção dos poucos transeuntes. Os veículos são poucos: em 1955 apenas 13 automóveis e camionetas, 15 caminhões e 3 ônibus; além disso, 3 motocicletas, 73 bicicletas e 4 aranhas, 3 carroças e 8 carros de boi¹¹⁶. Em compensação, particularmente aos sábados ou nos dias



Fotos 50 e 51 — Os telhados de uma cidade velha. Na foto de baixo, um pormenor de uma residência (fotos P. Petrone e I. N. Takeda).

¹¹⁶ Dados obtidos na Agência Municipal de Estatística do IBGE em São Luís do Paraitinga.

festivos, são muito numerosos os animais de sela e, no primeiro caso, os cargueiros. Enfim, tudo, na vida da cidade, contrasta com os eloqüentes testemunhos de um passado melhor, sugestiva e pitorescamente representado pelos velhos e bonitos sobradões do século passado.

C — *As funções urbanas*

A cidade de São Luís apresenta multiplicidade de funções, porém, tôdas modestas, de acôrdo com as proporções do aglomerado.

No conjunto pode-se afirmar que São Luís é um centro regional, atingindo sua influência tôda a área do município e ainda pequeninos trechos de municípios vizinhos, tais como Natividade da Serra, Redenção da Serra, Taubaté e principalmente Lagoinha que, só há pouco tempo, foi desmembrada de São Luís. Tôdas as funções específicas, as econômicas como as administrativas e sociais, estão sujeitas a êsse caráter de centro regional. Uma rápida análise de cada uma delas confirmará a observação.

A mais importante, sem dúvida, é a função comercial. Não porque a cidade constitua entreposto ou mercado de grande envergadura, mas apenas porque ela permite que a produção agrícola regional encontre escoamento. De fato, em São Luís, quando agricultores os sitiantes e fazendeiros conseguem vender a maior parte de sua produção, quer para o consumo do próprio aglomerado, quer para exportação em direção a Taubaté ou São Paulo. As transações, mais vultosas na safra, como seria de esperar, são efetuadas em qualquer dia da semana; entretanto, é nos sábados, quando funciona o mercado, que elas se tornam mais freqüentes. Então, sitiantes do vale do Chapéu oferecem arrôbas de cebolas, pequenos proprietários do Turvo procuram compradores para suas caixas de tomate, criadores de várias partes do município aparecem com seus "canudos" de queijo, enquanto outros negociam com rapadura, fumo ou farinha de mandioca. A mercadoria objeto de transação quase sempre é o resultado de uma produção modesta; negociantes da cidade ou das proximidades — subúrbios e Vargem dos Passarinhos — compram-na para revendê-la, às vêzes até em São Paulo. Ao mesmo tempo que vêm vender, os agricultores aproveitam para se abastecer do quanto necessitam. O mercado não tem muita importância nessas transações, pois quase sempre elas se fazem com negociantes cujo interêsse é de conhecimento geral.

O mercado de São Luís é pobre. Seu pequeno movimento não justifica o grande edifício quadrangular, com seus largos corredores periféricos cobertos, com seu correr lateral de compartimentos fechados, com seu amplo pátio central. Suas instalações são amplas demais, para seu modesto movimento. Algumas bancas de carne, um par de bancas de miudezas (armarinhos), duas ou três bancas de cereais, poucas frutas, abacaxi e um resto de jabuticaba; no pátio, alguma verdura e poucos legumes, em pequeninas bancas ou no chão; muito tomate e, num



Foto 52 — Aspecto parcial do Mercado de São Luís do Paraitinga. Observe-se o pequeno movimento (foto I. N. Takeda).

canto, cestaria. Nos compartimentos laterais um ou outro café. No conjunto, um movimento de pouco mais de uma centena de pessoas. Como parece distante o tempo em que o mercado apresentava grande variedade de produtos, com as frutas, farinha, cereais, rolos de fumo em corda, pilhas de rapaduras, dezenas de bancas de toucinho e mais artefatos de madeira, cestaria de bambu, cerâmica, produtos da indústria caseira regional.

O comércio dilui-se um pouco por toda a cidade. Pode-se, entretanto, distinguir algumas ruas com maior número de estabelecimentos. A pequena rua 31 de Março, a parte mais baixa da rua Monsenhor Inácio Gioia, os dois primeiros quarteirões das ruas Coronel Manuel Bento e Domingos de Castro, são as de maior movimento. Aí se encontram as principais lojas, o maior número de empórios, as padarias, farmácias, bares, etc. Também aí, na rua 31 de Março, encontramos o único cinema da cidade. A planta funcional que acompanha estas considerações pode nos ilustrar melhor a respeito.

A função industrial de São Luís é medíocre. Ela existe apenas devido à presença de algumas oficinas, tais como ferreiro, seleiro, carpinteiro, etc. De resto, vale mencionar o estabelecimento da Vigor, máquinas de beneficiar arroz e milho, e mais uma pequena oficina de móveis. Como é lógico, as oficinas e pequenas indústrias encontram-se disseminadas pela cidade, predominando nas zonas onde o comércio é mais intenso.

A função político-administrativa merece referência, sendo a cidade sede de município e de comarca. Pelo decreto-lei n.º 14 334, de 30 de novembro de 1944, o município de São Luís compreendia, além do distrito da sede, os de Catuçaba e Lagoinha. Recentemente Lagoinha

adquiriu sua autonomia, desmembrando-se de São Luís. A comarca compreende um único termo judiciário, abrangendo São Luís e Natividade da Serra. Os edifícios públicos de São Luís também aparecem um tanto disseminados pela cidade; entretanto, existe um esboço de concentração no largo da Matriz, onde encontramos a Prefeitura, Correios e Telégrafos, Coletoria Estadual, dois cartórios, Registro Civil. Aí fica, também, o único banco da cidade, o Banco do Vale do Paraíba.

Com um único Grupo Escolar, e ausência de sociedades culturais — as duas existentes são esportivo-recreativas — sem jornais, São Luís possui função cultural sem nenhum realce.

De modo geral, pelo que é possível observar através da planta funcional, São Luís aparece-nos ainda como núcleo pequeno, onde as diferentes atividades se distribuem pela cidade mesclando-se com as residências; estas podem ser encontradas mesmo na principal praça e nas ruas mais comerciais. Não é possível uma distinção de zonas, a não ser a central — parte plana — de funções múltiplas e a periférica — particularmente nos flancos do morro do Cruzeiro — exclusivamente residencial. No conjunto, um centro urbano que vive em função da área rural circunvizinha.

D — *As comunicações*

Em virtude de sua situação geográfica, e principalmente das condições do relevo da região, São Luís sempre contou com alguma dificuldade para se comunicar com outras áreas e outros centros. Mesmo as ligações entre o núcleo e sua zona rural foram sempre um pouco difíceis.

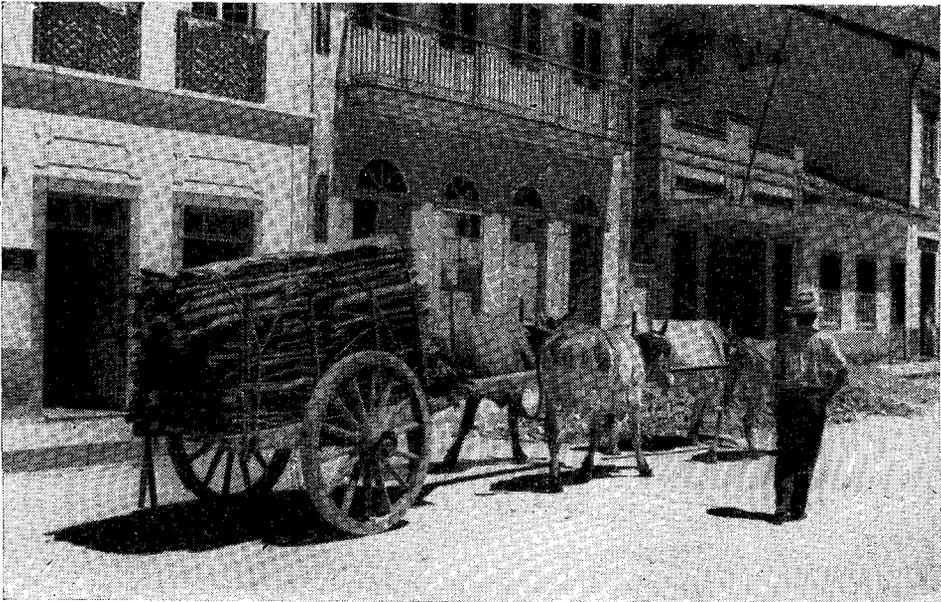


Foto 53 — O carro de boi é um dos meios mais vulgares de transporte utilizados em São Luís e arredores. Casas como a que vemos na fotografia são muito comuns na cidade (foto I. N. Takeda).

De modo geral, os caminhos abertos na região aproveitaram-se dos fundos de vales, evitando, sempre que possível, os topos de colinas e morros, só ultrapassados quando da ligação entre dois vales, nos divisores de água. Como é lógico, são caminhos sinuosos, traçados irregulares, adaptando-se à rede de drenagem regional. Uma carta dos principais caminhos, como a que temos, nos esclarece a respeito. Verifique-se como a maioria deles acompanha os vales do Paraitinga, Chapéu, Turvo, Turvinho, Almas e outros.

A maioria dos caminhos tinha como objetivo unir São Luís a bairros rurais e localidades vizinhas; alguns, entretanto, tornaram-se principais eixos nas comunicações regionais: foi o caso dos caminhos de Taubaté a São Luís e Ubatuba, e de São Luís para Cunha de um lado, e para Redenção da Serra e Natividade da Serra de outro.

De Taubaté para São Luís o caminho acompanhou o ribeirão do Itaim, em seguida o vale do Una, ambos da vertente do Paraíba, passando, depois, para o vale do Turvinho, já na vertente do Paraitinga. Em direção a Ubatuba o caminho aproveitou-se de parte do vale do Paraitinga, a jusante de São Luís, e do vale do Chapéu.

O vale do Paraitinga norteou os caminhos para Cunha e Natividade da Serra.

De modo geral, os dois eixos, que se cruzaram em São Luís, orientaram-se respectivamente nos sentidos noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste. O primeiro, indubitavelmente, passou a ter importância bem maior, dado o seu papel de elo entre um dos principais centros do vale do Paraíba, Taubaté, e um dos portos que, até meados do século passado destacou-se no conjunto do litoral paulista, Ubatuba.

O período em que êsses caminhos se tornaram mais movimentados coincidiu, também aqui, com a fase cafeicultora de São Luís, embora, conforme já lembramos, desde muito cedo tenha sido utilizada a comunicação com Ubatuba. É no século passado, portanto, que de Taubaté para Ubatuba, por São Luís, ou desta cidade para Cunha ou Natividade da Serra, transitam numerosas tropas, sempre com abundante mercadoria. Houve um decréscimo nesse movimento no decorrer da segunda metade do século passado. O Rio de Janeiro foi ligado a São Paulo pela E.F. Central do Brasil, enquanto que a São Paulo Railway uniu São Paulo ao pôrto de Santos. Tais fatos trouxeram decorrências muito conhecidas: o vale do Paraíba passou a integrar, em sua quase totalidade, as hinterlândias de Santos ou do Rio; o pôrto de Santos desenvolveu-se, ao mesmo tempo que decaíam os portos do litoral norte do estado, Ubatuba entre êles. São Luís, conseqüentemente, perdeu muito do seu papel de ponto de passagem entre parte do vale do Paraíba e o litoral. É verdade que não é possível atribuir a decadência de Ubatuba, como a de São Luís, apenas a êsses fatos. Ela é, também, em grande parte, conseqüência do apagar-se do esplendor econômico da região de São Luís e, de modo geral, conseqüência da decadência da lavoura cafeeira em todo o médio vale do Paraíba. Aliás, tais fatôres repercutiram

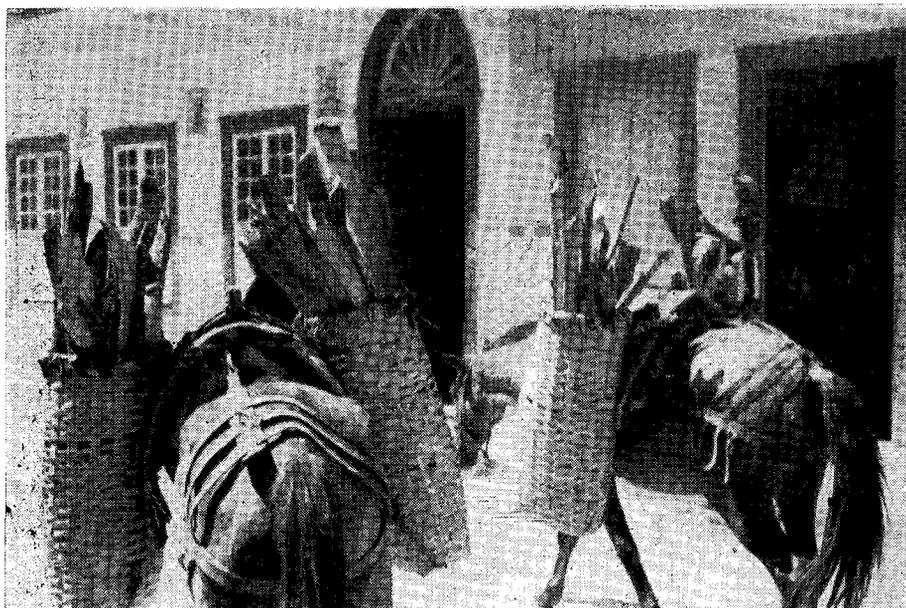
diferentemente em Ubatuba e São Luís; Ubatuba, pôrto de mar, cuja vida dependia de sua hinterlândia no vale do Paraíba, decaiu mais cedo, em função das capturas econômicas efetuadas em seu prejuízo pela ferrovia; São Luís, dependendo mais de fatores de ordem regional, ou seja, da economia regional, somente decaiu a partir do início do século atual, porque seu arredores foram relativamente ricos até essa época. Por isso mesmo, porque ainda existia na região uma riqueza não desprezível, e para fazer com que Ubatuba ainda pudesse escoar a produção de boa parte do médio vale do Paraíba, tentou-se, no último quartel do século passado, construir uma ferrovia entre aquêlo pôrto e Taubaté.

Com concessão cedida pelo prazo máximo de 30 anos, e garantia de juros de 6%, concedida em 24 de novembro de 1888, e confirmada em 5 de janeiro de 1889, foram iniciados os trabalhos, chegando-se, em 1892, a 61,5 quilômetros de leito preparado e 45 quilômetros em preparo, além de duas estações construídas. Entretanto, em 2 de junho de 1894 o privilégio da Companhia que empreendera a construção da ferrovia foi declarado caduco e os trabalhos foram inteiramente abandonados. Dessa tentativa, infelizmente malograda, hoje ainda restam alguns cortes e aterros, e os topônimos estação de Boracéia, estação de Registro e estação de Pedra Negra, todos no município de Taubaté¹¹⁷.

Fruto da ação conjugada do declínio econômico regional e da completa decadência de Ubatuba como pôrto de mar, as estradas da região de São Luís passaram a ter, nas primeiras décadas deste século, movimento sempre menor. Em certos casos algumas estradas foram totalmente abandonadas ou então continuaram a ser utilizadas em um ou outro trecho. A antiga estrada para Cunha, ou a que se dirigia çara Natividade da Serra por Santa Cruz do Rio Abaixo, hoje estão parcialmente inutilizadas. Há casos, entretanto, em que o abandono de uma antiga estrada, ou de trechos seus, decorreu da abertura, relativamente recente, de estradas de rodagem mais bem aparelhadas para o tráfego de veículos motorizados. Um exemplo é a estrada para Redenção da Serra, que atingia essa localidade pelo vale do ribeirão do Afonso, entroncando-se com a estrada São Luís-Taubaté no bairro dos Fabianos; hoje ela é pouco transitada, em virtude da abertura de uma estrada de rodagem que se entronca na São Luís-Taubaté próximo à estação de Registro.

As estradas de rodagem, como as suas antecessoras, de tropas, tiveram como principal objetivo atravessar a região para atingir o litoral em Ubatuba. De fato, a principal estrada de rodagem atual é a que une Taubaté a Ubatuba, passando por São Luís nas condições atuais. Data da década de 30, tendo sido, logo, aproveitada por ônibus de carreira de Taubaté para São Luís e Ubatuba. Seu movimento, como o da estrada de rodagem entre São José dos Campos e Caraguatatuba, tem aumentado bastante principalmente depois de 1940; deve-se tal fato

¹¹⁷ A êsse propósito leia-se: SCHMIDT, Carlos Borges — "A projetada ferrovia entre o vale do Paraíba e o mar" — in *Revista de História*, ano IV, n.º 13, janeiro-março de 1953, São Paulo; ALMEIDA, A. Paulino de — "O Litoral Norte" — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XLII, volume CXII, janeiro-fevereiro 1947, São Paulo; PINTO, Adolfo A. — *História da Viação Pública de São Paulo (Brasil)* — São Paulo, 1903; GUIBARD FILHO, Félix — *Obra citada*.



Fotos 54 e 55 — Os cargueiros têm utilidade para tudo: transportam farinha e lenha, leite e rapadura, cebola e milho; com os inconfundíveis jacás podem ser vistos, tanto na cidade quanto em qualquer estrada ou caminho da região (fotos P. Petrone e I. N. Takeda).

à “descoberta” das praias de Ubatuba como excelentes locais de veraneio. Entretanto, o benefício que disso adveio para São Luís é irrisório. A não ser as breves paradas de veranistas em trânsito, que aumentaram um pouco os negócios em um ou outro bar. A êsse respeito o Hotel São José, o único da cidade, nos fornece dados interessantes: seu movimento, muito pequeno, baseia-se no alojamento de funcionários públicos; o diretor do grupo escolar, uma professora, o juiz de direito, escrivão de polícia, o agente de estatística, e até o prefeito. Quase sempre é gente

que mora fora de São Luís e que apenas se preocupa com a próxima remoção. Quando redigíamos êste trabalho o prefeito era fazendeiro e por isso possuía alojamento no hotel. O movimento para Ubatuba é pequeno; raríssimos pousos, mais freqüentes as refeições de passagem. Vê-se, por aí, que São Luís praticamente não auferia vantagens do movimento para Ubatuba, a não ser a de se tornar mais conhecida. Aliás, a tendência é de diminuir até mesmo o número de pessoas em trânsito para Ubatuba, em virtude da abertura, entre essa cidade e Caraguatatuba, de uma estrada que permite viagens mais rápidas para São Paulo por Paraibuna e São José dos Campos. De qualquer forma, a estrada Taubaté-Ubatuba é a mais importante e a mais trafegada, quer em virtude da presença dos ônibus que duas vezes por dia unem as referidas cidades, quer devido aos caminhões de leite, quer por causa dos numerosos bairros e fazendas que atravessa.

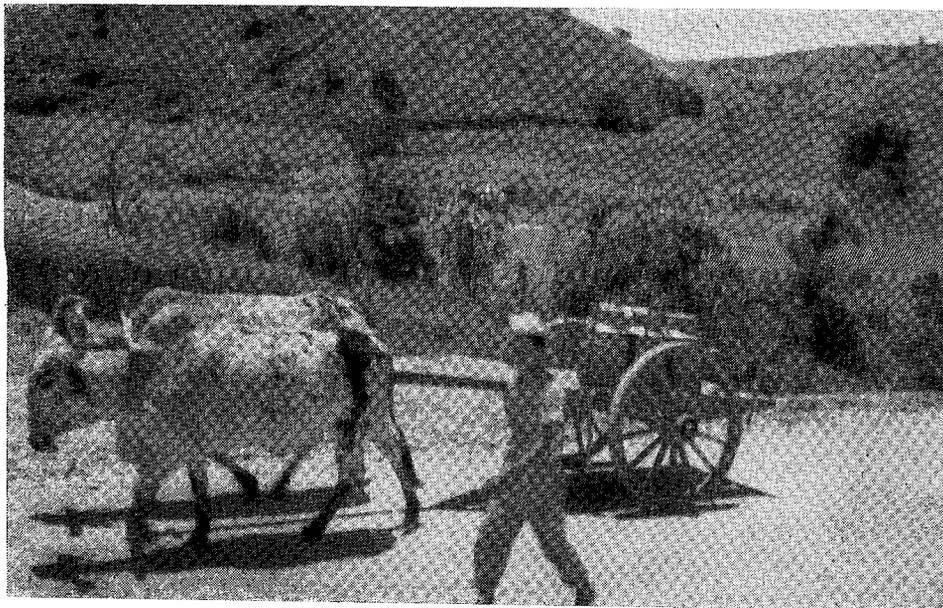
As demais estradas da região são ruins. Estreitas, tortuosas, esburacadas e poeirentas no inverno, encharcadas no verão, comunicam São Luís principalmente com os bairros rurais. Estradas vicinais, freqüentemente interrompidas por porteiras, algumas mal permitem a passagem de caminhões, sendo mais utilizadas por carros de boi, pequeninas tropas e principalmente por cargueiros isolados. A êsse propósito convém citar o exemplo da estrada do importante bairro dos Alvarengas que, ainda hoje, por ser péssima, não foi aproveitada por nenhuma companhia para recolher leite.

Verifica-se assim que, em uma área como a de São Luís, que está conhecendo um modesto, mas promissor ressurgimento econômico, a melhoria de seu sistema de comunicações deve ser objeto da mais urgente consideração por parte dos poderes públicos.

VIII — CONCLUSÃO

Situada em uma das chamadas "zonas velhas" do estado de São Paulo, justamente em uma das mais características, a região de São Luís do Paraitinga é bem um exemplo representativo das vicissitudes sofridas por essas áreas, quer sob o aspecto econômico, quer sob o aspecto social, decorrente do primeiro. São Luís do Paraitinga conheceu período e esplêndida euforia econômica, baseado particularmente nos resultados obtidos com a cultura do cafeeiro. A êle sucedeu, entretanto, uma fase de completa decadência, sômente hoje em vias de modificar-se, graças ao estímulo da criação de gado leiteiro.

Tendo em vista as diferentes fases por que passou, a região de São Luís do Paraitinga caracterizou-se, em quase todo o seu passado, por uma grande "instabilidade paisagística". A relativa antiguidade da ocupação da região ainda não permitiu que nela se organizassem quadros paisagísticos estáveis; todavia, os traços mais ou menos marcantes deixados por cada uma das fases por que passou, às vezes superpostos, outras vezes contíguos, esboçam uma definição de quadros indiscuti-



Fotos 56 e 57 — Dois flagrantes comuns nos arredores de São Luís do Paraitinga: em cima, pequeno carro de boi com latões leite; em baixo, um cargueiro com os pitorescos “canudos” de queijo (foto I. N. Takeda).

velmente mais estáveis daqueles que caracterizam as zonas mais novas do estado de São Paulo.

A instabilidade que caracterizou as paisagens luisenses durante todo o passado da região deve ser relacionada com a ausência, nessa como na maior parte do Brasil, de um “camponês tradicional”. A êsse respeito JOÃO DIAS DA SILVEIRA, que teve a gentileza de ler e criticar o presente trabalho, teceu algumas considerações que, com sua permissão,

reproduzimos aqui. “O problema da ocupação rural no Brasil é capítulo que pede muita investigação. A falta de estabilidade nos modos de vida (alterações na composição da população, introdução e desaparecimento de formas de atividades e de produtos, etc.), a instabilidade na população (bem clara na precariedade de suas casas), as constantes alterações na propriedade (fragmentação proveniente de inventários, de crises econômicas — retalhamento de latifúndios), alterações nas condições de trabalho, são fenômenos que não deixam a paisagem alcançar equilíbrio duradouro. O que se forma é apenas um equilíbrio instável, que se desfaz a cada momento. Isso mais se acentua e melhor se compreende considerando a ausência de uma sociedade camponesa tradicional. Raramente as gerações se sucedem na atividade e mesmo na propriedade. Chamamos a atenção para essa contínua agitação do nosso meio rural, pois, cremos, isso torna muito precário o uso entre nós, de técnicas e conceitos obtidos em outras regiões, particularmente na Europa, onde a cristalização dos quadros humanos oferece outras condições para trabalho do pesquisador. Nas áreas cristalinas do estado de São Paulo, que conhecemos, a superposição de paisagens culturais obriga um esforço maior no sentido da interpretação da evolução da ocupação. Em geral o ciclo da paisagem humana não é simples e como consequência as paisagens complexas — *sequent occupance* — oferecem elementos antagônicos associados”. Julgamos que as idéias acima referidas, embora de caráter geral, espelham perfeitamente algumas das conclusões a que somos levados quando pesquisamos áreas como a de São Luís do Paraitinga.

Considerada em função da permanência, as diferentes formas de ocupação do solo que se sucederam na área de São Luís do Paraitinga caracterizaram-se, justamente, pela sua “precariedade”; as condições do quadro natural, aliadas às técnicas de que o homem pode dispor nos auxiliam a compreender tal fato. O passado econômico da região mostra-nos, da mesma forma que em muitas outras partes do Brasil, como a “utilização do solo em bases predatórias” resulta em gravíssimas consequências; as gerações atuais sofrem os efeitos dos erros, voluntários ou não, cometidos pelas gerações que as antecederam. Nessa observação não vai uma crítica aos que, no século passado, foram responsáveis pela ocupação do solo na área de São Luís do Paraitinga. É evidente que essa forma foi uma decorrência da conjuntura econômica da época, aliada a um conjunto de condições técnicas que forçosamente teriam que levar aos resultados conhecidos. Convém acentuar, todavia, que os fatos do passado não têm sido suficientemente compreendidos e aproveitados de modo a não mais se incidir nas mesmas falhas. Uma rápida visão da forma de utilização do espaço rural da região comprova a afirmação.

A criação de gado, atividade hoje predominante, está sendo efetuada em bases tão erradas como o foi a cultura do cafeeiro. Em consequência, generalizou-se a idéia de que a criação é um símbolo da decadência.

regional porque, embora suas falhas não sejam superiores às da cultura do cafeeiro, não condiciona, como êsse produto, a mesma produção de riquezas.

Por quanto pudemos observar, a criação de gado trouxe à região de São Luís do Paraitinga novas possibilidades para tirá-la do letargo econômico em que vivia. Julgamos que essa atividade não deve pura e simplesmente ser considerada como elemento de decadência, mas sim como uma “nova forma de utilização do solo” e que, racionalmente dirigida, poderá dar frutos pelo menos tão compensadores quanto o cafeeiro, e mais estáveis.

Não julgamos de todo perdidas as possibilidades agrícolas regionais. Uma “agricultura comercial”, baseada na policultura e em função dos mercados consumidores urbanos, particularmente São Paulo, aí poderá desenvolver-se. A penetração, ainda no início, de culturas como a do tomate e a da cebola constituem elementos comprobatórios dessas possibilidades. Nada poderá dar resultados positivos sem que antes, entretanto, seja melhorado o sistema viário da região.

No trabalho que ora concluímos tivemos oportunidade de tecer algumas considerações sobre os meios de comunicação e transporte da região. Na prática, trata-se de um sistema de caminhos que foi organizado para atender às solicitações do transporte por intermédio das tropas, ou seja, o meio de transporte utilizado no período de maior esplendor da cultura do cafeeiro. Quando os meios de transportes motorizados começaram a ser utilizados no interior do estado de São Paulo, a área de São Luís do Paraitinga já era uma das porções decadentes do estado; em virtude dêsse fato não se beneficiou logo dêsse novo meio. De um lado, a estrutura econômica regional não justificava a introdução do caminhão; de outro lado, essa mesma estrutura não permitiu que se remodelassem os caminhos, transformando-os ou simplesmente adaptando-os para o transporte motorizado. As tropas permaneceram e em parte mínima subsistem ainda hoje. Os caminhões aproveitam, quando o permite a perícia de seus condutores, as péssimas estradas regionais.

Em qualquer caso, quer no da criação, quer no da agricultura, absolutamente nada poderá ser feito, sem uma orientação técnica que parta da administração pública. Em São Luís do Paraitinga, da mesma forma como em outras áreas velhas do estado, o problema principal é o de transformar um grupo prêso a tradições e hábitos profundamente arraigados; é o de transformar o caboclo, com sua lavoura de subsistência, sua rocinha, em agricultor que produza para vender, que abandone os métodos empíricos e rotineiros e aceite métodos novos e mais adequados, elevando assim seu padrão de vida. Mais do que isso, o problema é antes de mais nada o de transformar tôda uma situação cultural, sem o que não será possível solucionar as questões especificamente relacionadas com as formas de aproveitamento do espaço agrícola. É sempre necessário, entretanto, lembrar que não é possível mudar em um ano

uma situação que se estabeleceu em séculos. Evidentemente é um trabalho lento, porém sempre será menos lento e menos prejudicial ao lavrador do que o decorrente de uma evolução natural, que se processe à custa da perpetuação da quase miserabilidade em que vive.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — AGUIAR, Mário — “São Luís do Paraitinga (Usos e costumes)” — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, vol. CXXI, janeiro 1949, São Paulo.
- 2 — ALMEIDA, A. Paulino de — “O Litoral Norte” — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XIII, vol. CXII, janeiro-fevereiro 1947, São Paulo.
- 3 — ALMEIDA, Fernando F.M. de — “A propósito dos “Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro” — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 9, São Paulo, outubro de 1951.
- 4 — AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Apointamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo* — seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876, tomo II, Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins Editora S/A, São Paulo, 1952.
- 5 — CAMARGO, José Francisco de — “Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos — (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia) — 3 volumes, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim* n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, São Paulo 1952.
- 6 — CASAL, Aires de — *Corografia Brasílica* — Fac-símile da edição de 1817 — introdução de CAIO PRADO JÚNIOR, tomo I, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.
- 7 — EGAS, Eugênio — *Os Municípios Paulistas* — São Paulo, 1925.
- 8 — FREITAS, Afonso A. de — *Geografia do Estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906.
- 9 — FREITAS, Rui Osório de — “Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro” — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 7, São Paulo, março de 1951.
- 10 — GUIARD FLHO, Félix — *Ubatuba* — Acheegas à história do litoral paulista — Vol. I, São Paulo, 1940.
- 11 — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — *Sinopse estatística do município de São Luís do Paraitinga* — Estado de São Paulo. Subsídios para o estudo da evolução política. Alguns resultados estatísticos, 1945. Principais resultados censitários, Rio de Janeiro, 1948.
- 12 — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950* — Volume XXV, tomo I, Estado de São Paulo, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1954.
- 13 — LOBATO, Monteiro — *Cidades Mortas* — Obras completas, 1.ª série, vol. 2, Editora Brasiliense Limitada, São Paulo, 1946.
- 14 — MARTONNE, Emmanuel de — “Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico” — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, outubro-dezembro de 1943, n.º 4; e ano VI, abril-junho de 1944, n.º 2, Rio de Janeiro.
- 15 — MILLIET, Sérgio — *Roteiro do café e outros ensaios* — Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil, 3.ª edição, Coleção Departamento de Cultura, vol. XXV, São Paulo, 1941.
- 16 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano I, (1908-1912), vol. I, Território e População; volume II, Economia e Finanças, Rio de Janeiro, 1916 e 1917.
- 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920* — Volume IV, 1.ª parte, População do Brasil por Estados, Municípios e Distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro, 1926.
- 18 — MÜLLER, Marechal D.P. — *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo* — ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836

- e 10 de março de 1837, São Paulo, 1838; reedição literal, secção de obras do *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1923.
- 19 — *O Luisense* — jornal hebdomadário, São Luís do Paraitinga, 1916, 1917, 1918, 1922.
- 20 — *O Porvir* — jornal hebdomadário, São Luís do Paraitinga, 1916.
- 21 — PACHECO E CHAVES, Elias Antônio, NOGUEIRA JAGUARIBE FILHO, José, CARVALHO, Joaquim José Vieira de, PINTO, Adolfo Augusto, MARQUES, Abílio Aurélio da Silva — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Provincia de São Paulo* pela Comissão Central de Estatística, Tip. King, São Paulo, 1888.
- 22 — PINTO, Adolfo Augusto — *História da Viação Pública de São Paulo, (Brasil)* — São Paulo, 1903.
- 23 — PIZA, Marcelo — *Os Municípios do Estado de São Paulo* — Informações interessantes — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações, São Paulo, 1924.
- 24 — PISANI, Salvatore — *Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione* — San Paolo, 1937.
- 25 — QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Lavoura de São Paulo* — Municípios do Estado, Impressora Paulista Ltda., São Paulo, s.d.
- 26 — SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga* — separata da *Revista de Sociologia*, vol. V, n.º 1, março de 1943, Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1943.
- 27 — SCHMIDT, Carlos Borges — “Paisagens Rurais; o Paraíba e o Paraitinga, a Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape” — do *Boletim de Agricultura*, número único, 1942, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1944.
- 28 — SCHMIDT, Carlos Borges — *O Meio Rural* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1946.
- 29 — SCHMIDT, Carlos Borges — “A vida rural no Brasil — A área do Paraitinga, uma amostra representativa” — do *Boletim de Agricultura*, número único, 1949, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951.
- 30 — SCHMIDT, Carlos Borges — “A projetada ferrovia entre o vale do Paraíba e o mar” — in *Revista de História*, ano IV, n.º 13, janeiro-março de 1953, São Paulo.
- 31 — SEIXAS QUEIRÓS, Vitorino e ARANTES JÚNIOR, Lourenço — *Os Municípios do Estado de São Paulo* — Informações interessantes — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1933.
- 32 — SETZER, José — *Contribuição para o estudo do clima do estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1946.
- 33 — SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CAFÉ — Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Brasil — *Anuário Estatístico* — Anos de 1946, 1947, 1948.
- 34 — WALLE, Paul — *Au pays de l'or rouge — L'État de São Paulo (Brésil) — Ses ressources, ses progrès, son avenir — Étude générale économique et descriptive* — Paris, 1921.

SUMMARY

In the 1st Chapter the author presents *São Luís region* in a crystalline structure zone with an abrupt relief where can be distinguished three kinds of relief: the bottom of the valley with flat surfaces; the hills with abrupt slopes; the elevated areas with the highest altitudes toward Serra do Mar scarp. To this area drained by Paraitinga and Paraíbauna belongs to the part of “paulista” territory, called “zona do alto Paraíba” which take part the Brazilian Atlantic tropical hills, mountains and scarps.

In the second the author deals with *settlement* and *landscape evolution*, he shows that natural conditions not always good to settlement, marginal situation joined to natural communications, the seacost isolation and the unknow of mineral resources or some other possibilities for habitual cultivation did not allow the men to settle in this region in XVI and XVII centuries. He studies the problem of “Sesmaria” and the discovery and exploration of mineral deposits in Minas Gerais. He states was already partially settled since the first part of XVIII century, he tells this first fase was characterized by land property through a subsistence polcultivation. From the beginning of the fourth decennium of the XIX century a new period of economic evolution in this region has started — the cotton and coffee cultivation, chiefly the latter changed the landscape aspect radically. The author goes on showing that with the

decadence of coffee cultivation this region had a transition period (policultivation with activities agricultural industrial limited) till arriving to nowadays period, dominated by cattle.

In the III chapter, the *population* is studied and through collected data we can state that the municipality (village) has a low populational density and more than 85% lived in rural zone. Although the irregularity of its distribution of population is spread along the valleys, with concentration around urban nucleus. About this population whose progress is a consequence of economical fuses which characterized the region, the author presents some interesting characteristics to be considered such as: a low numerical superiority on the masculine sex; a certain ethnical homogeneity with predominance of white and national elements in its totality; the same situation on religion; at last, a low level of knowledge and a high level of illiteracy.

He states in the IV Chapter the most part of population in applied on *rural activities*, chiefly cattle, with commercial aim while agriculture has much more regional significance.

He says that *cattle* is the most importante economical activity and presently it is very impressive on landscape aspect, so that *miner cattleman penetration* is considered a special chapter in São Luís development. Searching its characteristics there, the author shows its extensive character where predominate pasture (of capim gordura); cattle are not very big and proprieties have deficient installations.

He explains that even though little *milk-food industries* on purpose to get milk, cheese and butter had appeared since the beginning of the taking up of regional hills; the *commercial milk system* improved as a result of its organized company which appeared as consequence of the opening and improvement of the roads; the big companies absorbed the modest ones, managing them like a real monopoly.

Nevertheless the always growing cattle importance of the region continues having its chiefly activities tied up to *agriculture* and it is possible to notice a certain directness on pasture and cultivation distribution. Presented data give an idea as village has lost the importance, it had at first, although cereals, continues having great significance in agriculture production chiefly bean and corn followed by rize. He makes mention of manioc and sugar-cane that feed usual industry, tabaco cultivation and about new products as tomatoes, onions and arabian potatoes. He says that fruit cultivation is now in decadency, but in the past, it had great economical importance in the municipality; nowadays only banana and orange have some significance. He shows that the abrupt relief was always the great problem to agricultural mecanization and because of this the whole region had agricultural technic very obsolete.

In the V Chapter when he looks over the *work systems* he makes clear that the most part of the properties has a chief the owner and the properties has an administer are very few; it is common in the region the renter; the used paid people are those known as "retireiros" and "camaradas". There is no problem with workingman (it is cheap and abundant), this is explained by excedent action, resulted from introduction and improvement of milk cattle that have made desappear the traditional system of working. This joined to life standard of rural workman which allows the subexistence in a few days working.

Studying in the VI Chapter the rural properties he joints out the big ones as real exception in the municipality; he says that there is no doubt about the fragmentation of land and this area is one of small properties even though "manufundus". Although not yet very clear it is occurring the phenomenon of properties concentration and everything take us to believe that cattle are the responsible for this, however without allowing the rising of big farming. He notices the distribution of different classes of properties are not homogenous; on the plain field predominate the small properties, chiefly with subsistence agricultural; in small and middle properties cattle are kept although with real agricultural islands; the biggest ones are kept in abrupt areas and they are chiefly occupied by cattle.

He goes on, showing that the most valuable regions are in the neighbourhood of São Luís, not by the town influence, but by the road presence where predominate the big and middle properties, the low prices appear in abrupt areas, with some bigproperties, where not always the soil is completely used. He explains that the *prices evolution* there have accompanied the economical vicissitude, although it seems to indicate that the money depreciation and immovable speculation will be the greatest responsible by the phenomenon.

When he refers about *properties type*, he says that generally we can find there great types in the region cattle properties, agricultural and mixed, although it will be possible to distinguish little differences amongst them. Cattle properties seem to predominate, and it is the most common type showed by middle or big properties with considerable pasture regions and small subsistence village; same of them have commercial.

Agricultural properties are less numerous and not so big as the cattle one, however they occupy the most part of the workingman (the most common is policulture) and they appear in the bottom of the valleys. The big agriculture properties are not frequent. The *mixed properties*, where agriculture and cattle appear with almost the same importance are not very common.

The *rural habitation* frequently reflects social and economical conditions and also the level life of the inhabitants and various aspects the "cabocla" culture that belong most of them. It is very difficult to distinguish the farmer house from the renter one, although this difference it had been noticed in the past. The policultivation of subsistence finished by levelling the differences that resulted from commercial monocultivation of coffee when the farmer house had much more significance than the poor house of the "camaradas meeiros" and small farmers.

The houses are far from each other appear isolated in the valleys; this position is explained by the irregular size and configuration of the properties. He notices that although domain the *disposition of the habitat* in the region we can find rural concentration of inhabitants; there are always some important groups whose people have a certain relationship in order to reduce the isolation.

The author studies carefully in the VII Chapter, the town of *São Luís* (situation and structure, origin and evolution, urban functions and communications) after representing a serie of things such as: it belongs to a town group: that has helped as links among various old coast ports in North of Santos and urban centers in the Paraíba valley; it had prosperity periods (it was the center of an that knows economical prosperity and was a resting place in the way used to flow the production of the same valley); it knew the decadence phase, coming from the almost coffee cultivation absence and the decadence of named ports as consequence of "Estrada de Ferro Central do Brasil and São Paulo Railway construction".

— It became a cattle region and with milk production and commerce has given to it a certain improvement, and so on.

As *conclusion* the author says that São Luís do Paraitinga region is an example of the vicissitudes suffered by these areas, called "old zones" of São Paulo either under economical aspect or under social aspect. Looking at the different phases that characterized this region by a great *landscape instability* in almost all its past, that must be connected with a *traditional country-man* absence. The different kinds of soil occupation that followed in this area were marked by its *deficiency*; the natural conditions joined to the technique that the man used had some significance.

He tells that cattle brought to the region a new possibility of development; he thinks also that this activity does not be considered as a decadent element, but as a *new kind of soil utilization* that can give compensating fruits.

He does not consider completely lost the regional agricultural activities; he believe that a *commercial agriculture* based upon policultivation can be developed. He states, however, that nothing can give positive results without having a improvement in the way system of the region.

Anything can be done either in cattle or in agriculture without a technical orientatio coming from public administration. The principal problem is to change the local narrow-minded farmer tied up to a subsistence tillage in a farmer that produce to sell accepting a new and a more adequate method, growing thus its life pattern. He notices that the greatest problem is to change all cultural situation in order do solve the questions connected with advantageous kind of agricultural spaces.

RÉSUMÉ

Au premier chapitre, l'auteur décrit la *région de São Luis de Paraitinga* dont la structure est cristalline et le relief accidenté. On y distingue trois groupes de formes: les superficies planes du fond des vallées; les collines aux versants abrupts; la zone montagneuse dont les plus fortes altitudes se trouvent dans la direction de l'escarpe de la "Serra, do Mar". Cette région, drainée par le "Paraitinga" et le "Paraibuna", appartient à la fraction de l'état de São Paulo appelée "Zone du Haut Paraíba" et intègre l'ensemble des plateaux, des montagnes et des escarpes du Brésil Tropical Atlantique.

Au second chapitre — *Peuplement et Évolution du Paysage* — l'auteur nous montre comment les conditions naturelles, parfois défavorables, la localisation marginal par rapport à la voie naturelle, l'isolement par rapport au littoral, le manque de richesses minérales ou de bonnes conditions pour la culture des végétaux les plus en vogue, ont été responsables de la non fixation de l'homme dans la région au XVIIe et XVIIIe siècles. Après avoir analysé la division des terres en "sesmarias", la découverte et l'exploration des gisements de Minas Gerais, il déclare que la région se trouvait déjà partiellement peuplée à la première moitié du XVIIIe siècle, mais que son peuplement est devenu plus intense à la fin de ce siècle. Cette première phase est caractérisée par une polyculture de subsistance que peu à peu a pris possession de la région. Il rappelle encore qu'à partir de la quarantième année du XIXe siècle une nouvelle période de l'évolution économique de la région a été constatée — la culture du coton et du café — surtout de celui-ci, qui, en son passage par la région a modifié radicalement les aspects du paysage. Il nous montre, ensuite, qu'après le dépérissement de la culture du café, la région a connu une période de transition (polyculture avec des petites activités agro-industrielles), avant d'arriver à la phase actuelle, dominée par l'élevage.

Le troisième chapitre étudie la *Population*. À travers ses enquêtes, il conclut que la densité de la population, au municipe est faible, 85% vivant dans la zone rurale. La distribution est irrégulière, elle accompagne les vallées et se condense autour des noyaux urbains et ruraux. Les caractéristiques de cette population, dont les mouvements reflètent les phases économiques de la région, qui méritent d'être citées sont: modeste supériorité numérique du sexe masculin; certaine homogénéité ethnique avec prédominance de l'élément blanc et pratiquement national et de la religion catholique, enfin les bas niveau de l'instruction et un indice très marqué d'analphabétisme.

Au quatrième chapitre, il affirme que la plupart de la population exerce des *activités rurales*. Parmi celles-ci il fait ressortir l'élevage, dont l'objectif est surtout commercial, tandis que l'agriculture a une importance régionale.

L'élevage est l'activité la plus importante de l'économie et de celle qui, maintenant, caractérise surtout le paysage agricole du municipe. La *pénétration dans la région des "mineiros" dont l'activité est l'élevage*, constitue un chapitre spécial de l'évolution de São Luis de Paraitinga. On observe le caractère extensif de l'élevage, les paturages de "capim gordura", le petit cheptel et les installations pauvres.

À ce sujet l'auteur commente encore que, bien qu'il y est eu de petites entreprises de laiterie dès que les paturages se sont formés, c'est seulement avec les routes et l'installation de compagnies bien organisées qu'un *système commercial* de laiterie a pris corps. Les grandes compagnies ont absorbé les modestes initiatives locales en exerçant de véritables monopoles. Malgré la croissante importance de l'élevage, l'agriculture continue d'être l'activité principale. Il est facile de suivre la directrice de la distribution des paturages et des cultures.

Cependant le labourage n'a plus aujourd'hui le même rôle quoique les céréales occupent toujours le premier rang dans l'ensemble de la production agricole. Le manioc, la canne à sucre alimentent l'industrie rurale. Le tabac se joint aujourd'hui aux cultures traditionnelles ainsi que le tomate, l'oignon, la pomme de terre anglaise et les légumes. La fructiculture autrefois très importante est en décadence. Seuls, bananiers et orangers ont encore une certaine valeur. Les techniques agraires sont rudimentaires. Car le relief accidenté a toujours été un obstacle aux essais de mécanisation; dans les petites cultures de subsistance les procédés et les techniques désuets sont toujours en usage.

Au cinquième chapitre il étudie les *systèmes de travail*. Le propriétaire dirige la plupart du temps sa propriété. Le bail est commun dans la région; il y a encore des "retireiros" et les ouvriers agricoles appelés "camaradas". Il n'y a pas de problème de main d'oeuvre; l'introduction de l'élevage explique l'excédent de bras. Le niveau de vie du paysan est très bas.

Les *grandes propriétés rurales* sont des exceptions dans le municipe. C'est une région de petites propriétés, et même de "minifundium". L'élevage est cause de la concentration de petites propriétés. La distribution des différentes classes de propriétés n'est pas uniforme:

dans les vallées il y a prédominance de petites propriétés agricoles; où il y a les pâtures et l'agriculture les propriétés sont moyennes. Les grandes "fazendas" s'occupent la plupart de bétail.

Les terres de plus de valeur sont rencontrées aux environs de São Luís, non à cause de la proximité de la ville, mais par l'influence de la route. Dans les régions accidentées les prix sont plus bas. L'évolution des prix a suivi les vicissitudes économiques: dévaluation de la monnaie et spéculation immobilière.

Il y a des propriétés mixtes d'agriculture et d'élevage.

Habitation rurale: L'habitation reflète les conditions sociales et économiques. Il est difficile de distinguer, aujourd'hui la maison du propriétaire et celle du loueur du terrain tandis qu'aux temps de la monoculture commerciale du café les grandes maisons de propriétaires différaient nettement des habitations plus modestes des "sitiantes".

Il y a une dispersion de l'habitat, mais aussi de noyaux de concentration qui permettent des rapports plus fréquents.

Au septième chapitre, l'auteur s'occupe de la ville de São Luís de Paraitinga. Site, structure, origine, évolution, fonctions urbaines et communications. São Luís appartient à un ensemble de villes servant de lien entre les ports du littoral, au nord de Santos, et les centres urbains au nord du Paraíba.

Elle a eu des périodes de prospérité, étant le centre d'une région économiquement forte et point d'arrêt obligatoire pour l'écoulement des marchandises.

La décadence est survenue après la disparition presque totale de la culture du café et la construction de l'Estrada de Ferro Central do Brasil et de la "São Paulo Railway".

La laiterie prête à présent de l'activité à la région et à la ville.

La région de São Luís illustre les transformations économiques et sociales subies par la "Zona Velha" de São Paulo. Dans les différentes phases de son évolution, la région s'est caractérisée par une grande instabilité du paysage, due à l'absence d'une mentalité paysanne authentique.

L'élevage a apporté des possibilités de faire revivre la région. Cette activité est une forme nouvelle de l'utilisation du sol, qui bien dirigé peut produire des résultats compensateurs.

Il y a encore des possibilités agricoles. Une agriculture commerciale basée sur la polyculture, en fonction des marchés de consommation. Mais les résultats positifs dépendent de bonnes voies de communication.

Soit en agriculture, soit en élevage, rien ne peut être fait sans une orientation technique de l'administration publique.

Le problème est surtout de transformer un groupe attaché à des traditions et habitudes surannées; de transformer le "caboclo" en agriculteur moderne. Il s'agit de modifier toute une situation culturelle.